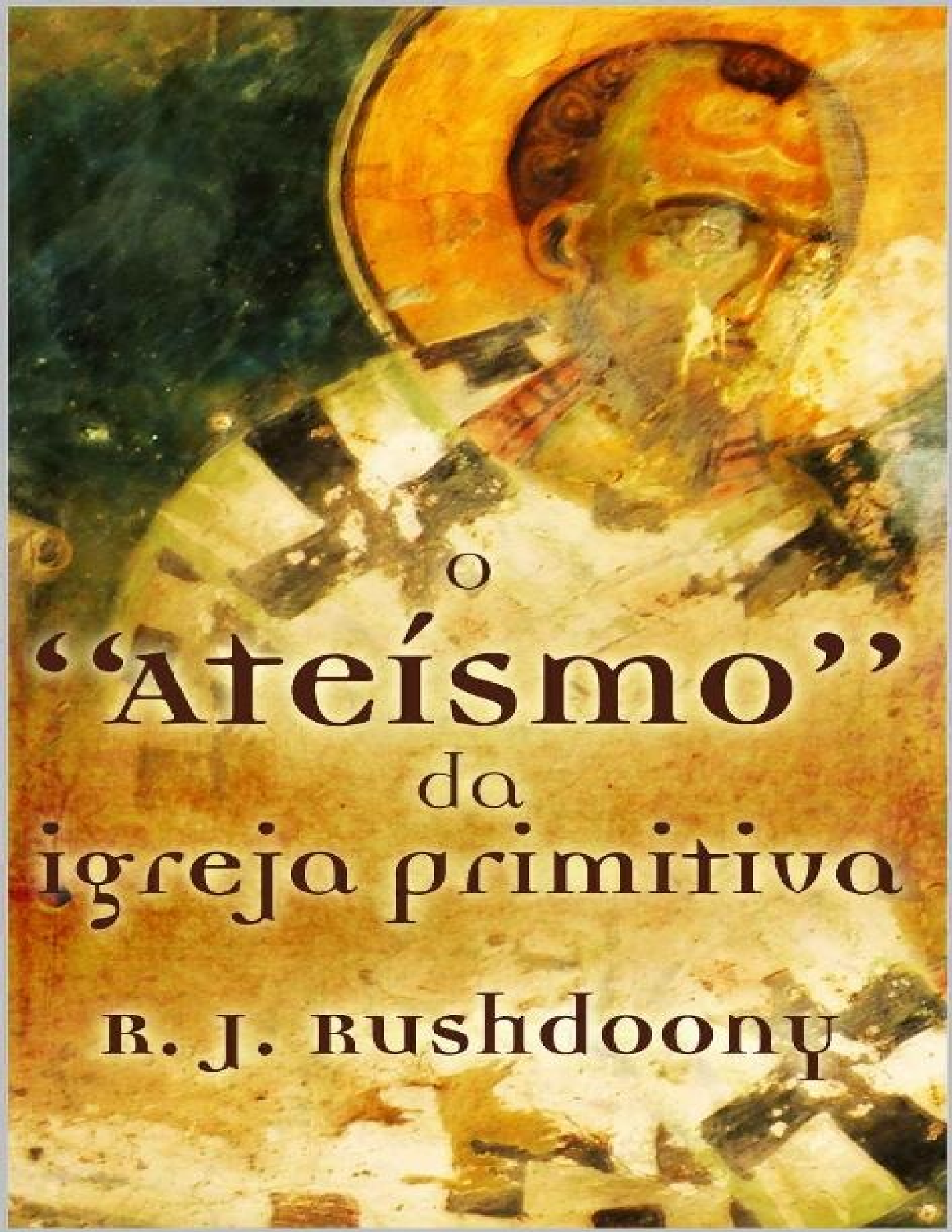

O
"Ateísmo"
da
igreja primitiva
R. J. Rushdoony

O ateísmo da igreja primitiva

Rousas John Rushdoony

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por
EDITORA MONERGISMO
Caixa Postal 2416
Brasília, DF, Brasil - CEP 70.842-970
Telefone: (61) 8116-7481 - Sítio: www.editoramonergismo.com.br

1ª edição, 2009
1000 exemplares
Tradução: Marcos José Soares de Vasconcelos
Revisão: Felipe Sabino de Araújo Neto
Capa: Raniere Maciel Menezes

■
PROIBIDA A REPRODUÇÃO POR QUAISQUER MEIOS,
SALVO EM BREVES CITAÇÕES, COM INDICAÇÃO DA FONTE.

Todas as citações bíblicas foram extraídas da
versão *Almeida Revista e Atualizada* (ARA),
salvo indicação em contrário.

Sumário

Prefácio à edição brasileira
Prólogo: publicação ano 2000
Prefácio: o lugar da ética judaico-cristã na sociedade de hoje
Introdução
Capítulo um: o “ateísmo” da Igreja Primitiva
Capítulo dois: o desaparecimento da justiça
Capítulo três: intercessão
Capítulo quatro: a lei e a justiça
Capítulo cinco: o futuro da justiça
Capítulo seis: a processão do poder
Epílogo

Prefácio à edição brasileira

Embora muitos possam estranhar o título deste livro, os primeiros cristãos eram considerados como “ateus” pela maioria das pessoas no império romano. O motivo é que, em vez de adorar milhares de deidades visíveis, os cristãos adoravam somente o único Deus vivo e verdadeiro, que é invisível (1Tm 1.17). Adicionalmente, eles eram tidos como ateus também por não reconhecerem as reivindicações divinas do Estado romano e, em particular, de César. Devemos lembrar que o imperador romano reivindicava ser divino, de forma que, quando alguém dizia “César é Senhor”, estava dizendo na verdade que César é deus. Todavia, ser cristão significa reconhecer que somente “Jesus é Senhor” (Rm 10.9); por causa disso, a igreja era vista como inimiga do Estado, e por boas razões. A explicação é que, como Rushdoony observa, a Bíblia requer que sirvamos um Senhor que não o Estado, com um tipo inteiramente diferente de educação e lei.

Rushdoony também aponta que as passagens usadas por algumas pessoas para sustentar a ideia de que o Novo Testamento passa ao Estado um cheque em branco para fazer (quase) tudo o que quiser (Rm 13.1-5; 1Tm 2.1-2), eram, na verdade, declarações de guerra contra a alegação de Roma a uma autoridade absoluta. Ora, Paulo ensinou que César era subordinado ao Senhor (Rm 13.1-5), e longe de ser um “salvador” dos seus semelhantes, ele na verdade tinha necessidade de redenção (1Tm 2.1-2). Isso nos mostra a necessidade de entendermos apropriadamente o cenário histórico no qual os livros do Novo Testamento foram escritos para que possamos interpretá-los apropriadamente.[1]

É comum ouvirmos as pessoas dizerem que “devemos voltar à prática da igreja primitiva” ou algo similar. Infelizmente muitos desses apelos sentimentalistas têm em vista uma ênfase que nem de longe era a da igreja primitiva. Não obstante isso, mesmo aqueles que tentam pôr ênfase em algo que a igreja primitiva colocava, como por exemplo a doutrina bíblica (teologia),[2] nem sequer mencionam uma importante prática destes cristãos. Neste livro, Rushdoony mostra como as pessoas na igreja primitiva colocavam a fé em prática realizando obras de misericórdia tais como resgatar bebês que eram jogados fora após tentativas fracassadas de abortá-los, e como os cristãos educavam essas crianças no temor do Senhor. Daí ele faz a seguinte pergunta:

> Quantos membros das congregações de hoje receberiam bem o oficial da igreja que lhes trouxesse um ou dois bebês abandonados e sentiriam que tinham a responsabilidade de ampará-los na fé?

Que a nossa geração antifilhos (e, nesse respeito, altamente anticristã) responda!

Mais adiante no livro, Rushdoony mostra-nos como cristãos nas regiões negras da América, e da África, estão fazendo coisas semelhantes hoje, ajudando, com a graça de Deus, a transformar suas comunidades. Devido ao fato de os cristãos modernos estarem enfrentando uma situação muito semelhante à da igreja no início do império romano, à medida que o Estado se arroga o direito de inventar suas próprias leis (como Rushdoony nos adverte, a fonte da lei é o "deus" de qualquer sociedade) e afirmar a sua autoridade total sobre todas as áreas da vida, então não podemos deixar de ler este livro cuidadosamente.

Contendo apenas seis breves capítulos, e escrito no estilo popular e atraente de Rushdoony, este livro pode ser lido numa noite, e não deve ser ignorado por aqueles que procuram sustentar os direitos régios absolutos de Jesus Cristo. Como sempre, Rush (como era chamado pelos conhecidos) é desafiador e nos impressiona com o seu conhecimento extraordinário da Escritura e da História, que é governada pelo Deus da Escritura.

— Felipe Sabino de Araújo Neto
5 de novembro de 2009

Prólogo: publicação ano 2000

No começo da década de 1980, fiz várias e proveitosas viagens à Austrália. Numa das primeiras viagens, proferi a série de palestras reproduzidas neste pequeno livro.

Acredito que estes estudos sejam importantes, pois a igreja enfrenta hoje uma situação semelhante à da igreja primitiva no império romano. Sempre que é *verdadeiramente* fiel à Escritura, a igreja é vista como inimiga do Estado, e há boas razões para isso. A Bíblia demanda outro senhor que não o Estado e um tipo de educação e leis radicalmente diferentes. Cristo é o Senhor, não o Estado.

O Estado moderno é religioso, mas anticristão. Ele reivindica o senhorio e rejeita Cristo como Senhor. O resultado disso é que temos visto o crescimento do ateísmo militante por toda parte.

Os cristãos não podem crer no senhorio e soberania do Estado. Só Jesus Cristo é o Senhor. Devemos rejeitar todas as outras reivindicações de soberania. Pouco a pouco a igreja tem-se afastado da lei de Deus e da soberania divina; tem-se tornado periférica à sociedade e rendido a liderança ao Estado. Das duas uma, ou revertemos esse processo, ou a igreja acabou-se.

— Rousas John Rushdoony
Vallecito, Califórnia
28 de setembro de 2000

Prefácio: o lugar da ética judaico-cristã na sociedade de hoje

“PROBLEMA: Sem ordem teremos anarquia. Que tipo de ordem? A do “Admirável Mundo Novo” de Aldous Huxley? A da sociedade controlada pela ideologia feroz do Estado-quartel de Orwell? Ou a ordem que procede da ética cristã, conforme se encontra na palavra-lei de Deus, a Bíblia?

Uma vez que toda educação é religiosa — com a finalidade suprema de reconstruir a sociedade, cujas opções são: humanismo secular ou cristianismo — a escola cristã é indispensável.

É aqui que a liberdade religiosa e a responsabilidade, dirigidas por Deus, de pais e igrejas têm de ser defendidas a todo custo. O Estado não é o Senhor, mas Jesus Cristo é o Senhor!”

— Harold Carter

Introdução

Em maio de 1983, a *Logos Foundation* promoveu uma conferência de dois dias na *Shore Motor Inn*, em Artamon, Sydney (Austrália), com o tema: “O Lugar da Ética Judaico-cristã na Sociedade de Hoje”. Os palestrantes foram o Sr. William Bentley Ball e o Professor Rousas J. Rushdoony. O Sr. Ball abordou a discussão do ponto de vista jurídico; o Dr. Rushdoony falou a partir do ponto de vista teológico.

Apesar de ambos serem americanos, logo ficou evidente o impressionante paralelo entre os Estados Unidos e a Austrália com relação aos ataques do Estado às escolas cristãs, estando os Estados Unidos vários anos à frente da Austrália em termos de reação e desafios contra a educação centrada em Cristo. Quanto a isso, a vivência desses homens foi mais do que oportuna, pois o desafio continua a crescer dia a dia contra a própria existência das escolas cristãs na Austrália.

A circunstância oportuna, o valor e a profundidade das reuniões foram de tal ordem que todos os delegados consideraram indispensável que as gravações de áudio das palestras fossem transcritas e editadas para publicação. As seis mensagens do Dr. Rushdoony são a matéria deste livro.

Capítulo um: o “ateísmo” da Igreja Primitiva

A mensagem do apóstolo Pedro, registrada em Atos 4.12, aos presbíteros e escribas sintetiza perfeitamente o conflito em que estamos envolvidos hoje:

> E não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos.

É importante compreendermos o contexto desse versículo. Com essa confissão, Pedro emitiu efetivamente uma declaração de guerra espiritual contra o império romano. Quando em Roma, César Augusto assumiu o governo e consolidou o próprio poder, houve uma grande comemoração por todo o império romano, à qual denominaram de a celebração do “Advento”: termo muito significativo e também muito religioso. Era a celebração do Advento porque César Augusto tinha *vindo*, em toda a plenitude do seu poder. Os arautos — outra palavra interessante — foram enviados às partes mais remotas do império romano com a proclamação do grande Advento: “Não há nenhum outro nome abaixo do céu, pelo qual os homens possam ser salvos senão pelo nome de César Augusto!”. Era a proclamação de César, do Estado, como salvador dos homens.

Podemos entender, então, por que o conflito entre Cristo e César era inevitável, por que a igreja passou por todas as tribulações que passou, ano após ano, e por que os homens foram martirizados pela fé. Foi em razão desta pergunta: “Quem é o Senhor, ou o soberano? Quem é o salvador?”

O Estado moderno está dizendo novamente, como César na antiguidade, “Nós somos o senhor; somos os soberanos da criação”. As palavras “soberano” e “senhor” são idênticas. São palavras diferentes para a mesma coisa. Não podemos confessar a soberania do Estado ***e*** a soberania de Cristo ao mesmo tempo. Temos a obrigação de afirmar, assim como a igreja primitiva afirmou, que Cristo é o Senhor também de César. Todo homem, toda instituição, todo governo civil, toda escola, tudo, tem de reconhecer no tempo oportuno o senhorio e a soberania de Cristo, pois em nenhum outro há salvação. “Porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos.”

O título *O “Ateísmo” da Igreja Primitiva* é incomum, e eu não creio, é claro, que a igreja primitiva fosse ateia. Antes, o império alegava que essa nova instituição era uma agência do ateísmo. A igreja também foi acusada de crimes graves, especialmente de canibalismo e incesto. Os estudiosos têm, de modo geral, negligenciado essas acusações. Não conheço ninguém que tenha analisado

as acusações do império romano contra a igreja primitiva. Normalmente elas são rejeitadas como comprovação do tipo de calúnia à qual os cristãos estavam sujeitos. Mas quando examinamos a literatura da igreja primitiva e a reação dela a essas acusações, como também as acusações em si mesmas, vemos que seria melhor levar a sério as alegações de Roma e entender o que elas significam.

O interessante é que as acusações partiam, não do povo nas ruas, mas dos filósofos — homens de prestígio, homens que, da nossa perspectiva, deviam conhecer melhor os fatos. Era isso o que aborrecia e agredia os cristãos. Eles estavam enfrentando a acusação mais grave — e dos melhores de Roma, não dos piores.

Havia um conflito entre Roma e a igreja primitiva. Segundo a política religiosa geral de Roma, nenhuma religião tinha o direito de existir se não fosse religião lícita, devidamente autorizada pelo império e tivesse um certificado ou validação, que os membros da religião ou seita eram obrigados a exibir na parede do lugar onde se reuniam. Parte do processo para se alcançar a condição de religião lícita consistia em dirigir-se a um dos centros da Roma imperial para queimar um pouco de incenso num braseiro diante da imagem do imperador ou de uma insígnia de batalha e dizer brevemente: “César é o Senhor!”. Bastava isso. Era o reconhecimento da soberania de César em todas as áreas da vida e do pensamento.

Mas os cristãos estavam conscientes de que, em vez disso, eles tinham sido chamados para levar tudo cativo à obediência de Cristo. Sabemos pelas pesquisas, por exemplo, de J. N. D. Kelly, historiador britânico, que a confissão batismal exigia que todo crente da igreja primitiva ficasse de pé diante da congregação e declarasse: “Jesus é o Senhor”, ou “Jesus Cristo é o Senhor”. Fazendo isso, os cristãos botavam o pescoço no cepo do carrasco. Eles tinham se tornado numa força subversiva, pois com essa confissão negavam o senhorio de César. Era esta toda a razão do conflito: Quem era o Senhor: Cristo ou César?

A posição da igreja primitiva era a de que Cristo é o Senhor de César, e não César, o Senhor de Cristo. Os cristãos recusaram-se a receber a condição de religião lícita. Essa luta repetiu-se continuamente ao longo de toda a Idade Média. Houve um tempo em que a igreja cedeu e as consequências foram gravíssimas; passando ela a ser peão da aristocracia e também dos sacro imperadores romanos. Mas, especialmente com Hildebrando, a igreja voltou a afirmar o senhorio de Cristo. Mais uma vez estamos enfrentando essa mesma luta. Se não reconhecermos as nossas raízes na Escritura, na igreja primitiva e na Idade Média, não conseguiremos compreender qual é a nossa riqueza como cristãos. As lutas pelas quais os santos cristãos morreram estarão perdidas.

Roma odiava o ateísmo como poder subversivo, e a cristandade foi acusada de ser uma seita ateísta. Roma estava muita satisfeita com a religião em geral, pois a religião fornecia manifestamente o cimento social, a força de coesão indispensável à união das pessoas umas às outras. Essa maneira de ver a religião como uma forma de "cimento social" era totalmente naturalista.

Roma analisava criteriosamente cada nova religião que surgia e recebia relatórios de seus funcionários sobre cada uma delas, logo que descobriam alguma. Temos o registro de uma carta de Plínio com um relatório desses, e deve ter havido montes deles endereçados a César sobre a nova religião que começava a se difundir por todo o império romano. Evidentemente exigia-se que essa nova seita buscasse ser reconhecida o mais breve possível. Até antes da guerra judaico-romana de 66-70 a.C., tinha-se concedido uma boa dose de tolerância ao novo movimento, por ser considerado parte do judaísmo. Mas com a guerra judaico-romana veio o fim da tolerância com tudo mais o que estava associado ao povo perturbador da Judeia. Começou-se a exigência insistente para que tais grupos buscassem a concessão de licença e se submetessem a toda espécie de controles. Assim começaram as perseguições e os martírios ao longo das gerações até que Constantino (aliás, homem muito caluniado) reconheceu o cristianismo.

Mas os ataques ao cristianismo não terminaram com Constantino. Seus sucessores tentaram reintroduzir o paganismo sob a forma de heresias, notadamente do arianismo e, mais tarde, do pelagianismo. Isso reintroduziu efetivamente o paganismo disfarçado de cristianismo, com o mesmo objetivo de sempre: o controle da religião pelo Estado.

Às vezes o império cortejava a igreja. Ao menos um, mas é provável que dois imperadores tinham imagens de Jesus nas suas capelas particulares e propagava-se que "O imperador ama Jesus tanto quanto vocês. Na verdade, ele até tem a imagem de Jesus na sua capela e às vezes ora a ele. Por que vocês se opõem à soberania do imperador?". Mas essas tentativas falharam. Enquanto isso, os cristãos eram gravemente acusados de ateus e de estarem com certeza envolvidos com todo tipo de prática abominável.

Enfrentamos ainda hoje duas lutas que marcaram a igreja primitiva desde o princípio. A primeira era a questão da soberania e do senhorio e a segunda, a do aborto. O aborto era totalmente legal em todo o império, mas a igreja primitiva submetia a graves disciplinas qualquer de seus membros que se envolvesse nessa prática demasiadamente comum. Mas isso não é tudo. Ao mesmo tempo, a igreja primitiva começou a enfrentar as consequências desse mundo aborteiro.

Nem todo aborteiro daqueles dias agia com a mesma eficácia fria e brutal comum que temos hoje. Por isso, nem sempre era bem-sucedido no abortamento de bebês. O resultado é que os bebês indesejados, quando nasciam, logo eram abandonados debaixo das pontes do Rio Tibre, em Roma. Nas outras cidades havia locais usados rotineiramente para o abandono de bebês.

Os cristãos criaram o hábito de ir imediatamente aos locais em que os bebês eram abandonados — para serem devorados por cães ferozes, como disse Tertuliano — para recolherem esses recém-nascidos e distribuí-los entre as famílias. Isso nos diz algo sobre a vida de fé entre esses crentes. Quantos membros das congregações de hoje receberiam bem o oficial da igreja que lhes trouxesse um ou dois bebês abandonados e sentiriam que tinham a responsabilidade de ampará-los na fé?

Roma indignava-se muitíssimo com essa prática dos cristãos, pois denegria totalmente a sua imagem e, por um tempo, criou leis contra isso, para depois de um ano ter de revogá-las, porque sujavam a imagem do império oficialmente. Além do mais, uma vez que os nascimentos não eram registrados, as crianças envolvidas não existiam oficialmente, e que lei poderia ser criada para legislar contra práticas que envolviam pessoas inexistentes? Era muito difícil para os advogados imperiais enfrentarem essa prática, mas não faltou empenho da parte deles!

Assim, a acusação passou a ser a de que essas crianças eram recolhidas para o canibalismo — para as celebrações da comunhão da igreja primitiva. Foi essa uma das fontes da acusação de canibalismo levantada contra a igreja primitiva. É claro que havia pouca evidência disso e a acusação malogrou. Afinal de contas, era óbvio que essas famílias cristãs tinham muitos filhos além dos seus filhos legítimos. Ainda assim as acusações de incesto e canibalismo persistiram. Por quê? Porque faziam parte da acusação de ateísmo. Além disso, o raciocínio lógico dos filósofos romanos levava a atitudes como: “podemos não ter provas dessas coisas, mas é logicamente indispensável que eles as pratiquem”.

Essas acusações eram a maior preocupação da igreja primitiva. Eis o que Justino Mártir disse a respeito: “Confessamos que somos ateus quando se trata desses tipos de deuses, mas não no que diz respeito ao Deus veríssimo, Pai de justiça e temperança e de outras virtudes, que é isento de toda impureza”.

Contra Crescêncio, filósofo cínico[3] que acusava a igreja de ateísmo, Justino Mártir, na sua *Segunda Apologia*, disse: “por causa disso espero também ser alvo de conspiração e de ser amarrado à estaca por qualquer um desses que chamei pelo nome, ou talvez por Crescêncio, o amante da bravata e da vanglória,

pois não é digno do nome de filósofo qualquer um que nos acuse publicamente sobre questões que não entende, afirmando que os cristãos são ateus e ímpios, e assim o faz para ganhar a simpatia da massa iludida, e também para agradá-la. Pois, se ele nos ataca sem ter lido os ensinamentos de Cristo, é totalmente corrupto e muito pior do que os indoutos, os quais evitam discutir ou testemunhar falsamente sobre assuntos que não entendem. Ou, se os leu e não entende a majestade que neles há, ou se os entende e age dessa maneira, para não ser suspeito de ser tal, quer dizer, um cristão, é ainda mais vil e totalmente depravado, deixando-se dominar por opinião e medo tão vulgares e absurdos."

Justino Mártir estava muito irritado e por isso foi um pouco menos do que justo com Crescêncio. Por ora, vamos levar algo em conta. Justino Mártir diz: "Os ignorantes não falam assim a nosso respeito. Os vizinhos de alguns dos nossos membros não nos caluniam e é incrível que um filósofo nos difame". Um filósofo cínico seria hoje a última pessoa que esperaríamos que acusasse os cristãos de impiedade e ateísmo. O que esses termos significavam para os homens letrados daqueles dias?

É fácil descobrirmos o que significava "piedade" porque temos muita literatura romana sobre a matéria. O termo piedade significava algo muito diferente daquilo que hoje normalmente entendemos da palavra: submissão à autoridade do Estado. Para os romanos, o piedoso era o homem fiel a todo jota e til da lei de César. Obviamente, os cristãos não tinham esse tipo de piedade, porque insistiam que Jesus Cristo é o Senhor de César. De nada valeu a alguns, como Tertuliano, argumentarem na sua apelação ao imperador: "Mas somos os vossos melhores cidadãos. Somos os melhores soldados que tendes, os mais honestos contribuintes do fisco. Por que, então, nos tratais como vosso inimigo?". Poderíamos apelar da mesma maneira hoje.

Indo de tribunal em tribunal, fico desolado quando vejo cristãos sendo julgados, já que no mundo falta tanta justiça. Algum tempo atrás, fiquei mais do que aborrecido no julgamento de dois irmãos, Wimbrick e Joseph Padgett, na Geórgia (E.U.A.). Eram agricultores, santos cristãos com uma comovente simplicidade e clareza de fé e dedicação. Na verdade, se eu quisesse retratar o que há de melhor na América e do caráter dela, eu tiraria uma foto das famílias de Wimbrick e Joseph Padgett.

Mas eles estavam respondendo em juízo por acusações de crime, porque ensinavam seus filhos em casa. A prova era evidente, inclusive a do superintendente escolar demissionário. Aquelas crianças estavam anos à frente de seus pares, no sistema escolar local. Ao final do meu testemunho, respondi ao promotor público que achava extremamente desolador ver homens daquela

estatura sendo julgados por acusações criminais quando criminosos violentos perambulavam pelas ruas, soltos pelos tribunais por causa de detalhes técnicos. Fiquei muito feliz ao ver o juiz pegar essa declaração e dizer: “escreverei algo e despacharei mais tarde, mas devo dizer aqui e agora que acho este julgamento uma vergonha” e disse ainda ao promotor público: “Você sabia o que estava fazendo quando acusou de crime e trouxe para o tribunal pessoas desse quilate. Não vou tratar disso com simpatia!”.

Assim, no mundo romano, piedade significava submissão à autoridade do Estado e os cristãos eram, obviamente, culpados de falta de piedade, mesmo sendo mais cumpridores da lei do que a maioria dos outros cidadãos.

Clemente de Alexandria procura mostrar em seus escritos que o cristão que enfrentava essas acusações, banalizadas geração após geração, era realmente o único piedoso, porque toda autoridade procede de Deus. “E, portanto, a verdadeira piedade”, diz ele, “está relacionado ao Deus poderoso.”

E quanto à outra acusação, a de ateísmo? Acerca dela, Clemente de Alexandria declarou nas suas *Miscelâneas*: “como pode ser ateu, quem tem a convicção de que Deus é onipotente e tem aprendido os mistérios divinos do Unigênito Filho de Deus? Ateu é quem acha que Deus não existe, quem é supersticioso, quem se apavora com demônios e tudo deifica, tanto a madeira como a pedra, e reduz à escravidão o espírito e o homem detentor de vida e razão.”

O que Clemente de Alexandria estava fazendo era redefinir o ateísmo aos termos da fé bíblica. Para entendermos a acusação, precisamos enxergá-la como os romanos a enxergavam. Temos provas disso nas narrativas remanescentes do interrogatório de vários cristãos. Um desses cristãos, Dionísio, registrou o interrogatório numa carta a Hermano. Eis o relato:

> Quando Dionísio, Fausto, Máximo, Marcelo e Quiremone foram publicamente acusados no tribunal, Ameliano, o oficial romano, disse-lhes: “Discuti com vocês sobre a clemência que nossos governantes têm demonstrado, pois têm lhes dado a oportunidade de se salvarem, caso retornem ao que é natural, adorem os deuses que guardam o império e se esqueçam dos deuses contrários à natureza. Que me dizem disso? Pois não acredito que vocês não serão gratos à bondade deles, já que lhes farão seguir por um caminho melhor”.
>
> Dionísio respondeu: “Nem todo mundo adora a todos os deuses, antes cada um adora àqueles que aprova. Nós, todavia,

> reverenciamos e adoramos ao único Deus, o Fazedor de tudo, que concedeu o império a Augusto Valeriano e a Galiano e os favoreceu divinamente, a esse Deus rogamos continuamente pelo império deles, para que permaneça inabalável".

Ameliano estava pronto para conceder-lhes clemência, se abrissem mão de seus pensamentos ateístas e adorassem os deuses de Roma. Quais eram os deuses de Roma? Eram, todos eles, homens divinizados. Todo imperador, na ocasião da sua morte, e algumas vezes antes dela, tornava-se um deus pela declaração do senado. Sabemos pela história grega, por exemplo, que várias cidades se diziam ligadas a Zeus: uma tinha sido o local do seu nascimento, a outra, o da sua sepultura, e ainda outra ligava-se ao deus por ele ter supostamente governado de lá por um tempo. Por isso, alguns cidadãos se vangloriavam: "Zeus dormiu aqui em tal e qual ocasião". Todos os deuses dos gregos e dos romanos eram homens divinizados e, portanto, parte da ordem natural. A divindade implícita e inerente a toda a natureza concentrava-se na ordem social e nos grandes homens dessa ordem.

Tal filosofia ainda está muito presente entre nós hoje. O filósofo alemão, Hegel, pai de quase toda filosofia política do mundo moderno — Marxismo, Fascismo, Nacional Socialismo, "democracia" — afirmava que o Estado é Deus caminhando na Terra e que a divindade inerente da natureza concentra-se na ordem social. Portanto, não há Deus acima nem além do Estado. A filosofia de Hegel levou ao positivismo na lei, ou seja, à ideia de que lei é aquilo que o Estado declara que é lei.

Isso é simplesmente o ressuscitamento da antiga crença pagã do mundo greco-romano. Quando essa crença começou a reviver, os homens olharam para trás, para os séculos cristãos, e os apelidaram de "Idade Média". Inicialmente, chamaram o período da queda de Roma até a Renascença de "Idade das Trevas". Depois, obviamente, viram que era muito difícil denominar esses séculos de "Trevas", quando transitavam pela Europa e viam os monumentos erguidos àquela época. Assim, pouco a pouco, foram confinando a Idade das Trevas a intervalos de tempo cada vez menores, até que agora nenhum historiador respeitável usa o termo. Em vez disso, chamam essa época de Idade Média, período medieval: rompimento da continuidade da história em que a humanidade se desviou e os homens, desiludidos com o cristianismo, abandonaram temporariamente o humanismo clássico. Mas com o Renascimento a civilização reviveu e a humanidade voltou a marchar! Era esta a perspectiva secular: o Estado é Deus caminhando na Terra.

Voltemos à narrativa do interrogatório conduzido por Ameliano.

Ameliano, o prefeito, disse-lhes: “Mas, se ele é um Deus, quem proíbe vocês de adorá-lo com aqueles que são deuses por natureza? Pois vocês são ordenados a reverenciarem os deuses, os deuses que todos conhecem”. Dionísio responde-lhe: “Não adoramos a nenhum outro”. Ameliano, então, disse-lhes: “Vejo que são simultaneamente ingratos e insensíveis à bondade dos nossos soberanos, por isso não devem permanecer mais nesta cidade. Vocês serão enviados para um lugar chamado Cefro, pois o escolhi pela ordem de nossos soberanos (havia o imperador e um imperador adjunto). Além disso, não lhes será nunca permitido, nem a ninguém, promover reuniões nem entrar nos assim chamados cemitérios. Mas se qualquer um for visto fora do local ordenado por mim, ou encontrado em alguma reunião, essa pessoa trará perigo a si mesma, pois o castigo apropriado não falhará. Vão, portanto, para aonde lhes foi ordenado”. Os “cemitérios” referiam-se às catacumbas.

Vemos aqui, entre outras coisas, a mentalidade totalitária. Ameliano pensou que estava sendo graciosíssimo e generosíssimo, ao dar a esses crentes a oportunidade de se submeterem. O Estado moderno age da mesma maneira com os cristãos que se recusam a obedecê-lo. Ele acha que está sendo gracioso ao dar-lhes a oportunidade de se submeterem. Para Ameliano, o ateísmo, conforme declarou abertamente, era a descrença nos deuses naturais — as forças na natureza que convergiam no Estado. Era essa a questão.

Roma acreditava profundamente numa filosofia de ordem social e deleitava-se com a ordem. Para consegui-la, Roma construiu uma impressionante malha viária por todo o império, para que todo ele estivesse ligado pela lei imperial, e edificou aquedutos extraordinários, novamente para impor a ordem em todas as situações. Roma tinha legiões de prontidão por todo o império e toda uma hierarquia de oficiais, mas uma vez para impor a ordem. Ela acreditava que a ordem e a moralidade eram impossíveis — falando em termos modernos — sem um policial em cada esquina; acreditava que se retirasse as legiões, o poder coercivo do Estado, o resultado seria a anarquia total.

Num certo sentido concordamos com isso. Paulo diz que as autoridades civis e os governantes devem ser um terror para os malfeitores. Mas Roma acreditava que essas autoridades eram deuses caminhando na Terra, por isso tinham de ter autoridade absoluta e o império tinha de ser o guarda-chuva sob o qual tudo existia. Tudo tinha de estar sob a autoridade do Estado. Isso é diametralmente oposto ao conceito bíblico de que todas as coisas estão debaixo da autoridade de Deus e que não é a lei imperial, mas a palavra-lei de Deus que deve governar o indivíduo e a igreja, a escola, a família, nossas vocações, a

sociedade inteira, e, finalmente, deve reger, entre tantas outras formas de governo, o governo civil.

Essa matéria foi logo definida pelo papa Gelásio II, numa doutrina que veio a se celebrizar como o conceito das duas espadas, as duas grandes autoridades por meio das quais Deus governaria. Não há dúvida que a igreja desde cedo levou a sério esse mandamento. Lembremo-nos que uma das passagens mais importantes da Escritura está em 1 Coríntios 6, na qual Paulo diz:

> Aventura-se algum de vós, tendo questão contra outro, a submetê-lo a juízo perante os injustos e não perante os santos? Ou não sabeis que os santos hão de julgar o mundo? Ora, se o mundo deverá ser julgado por vós, sois, acaso, indignos de julgar as coisas mínimas? Não sabeis que havemos de julgar os próprios anjos? Quanto mais as coisas desta vida!

A palavra “julgar” está relacionada ao livro de Juízes no AT e significa “governar”. Os santos hão de governar o mundo, por isso têm de começar governando as suas próprias esferas.

Desde cedo, a igreja estabeleceu um governo que julgava todas as controvérsias entre os membros. Não demorou e os pagãos passaram a recorrer a esses fóruns, pois Roma estava tão corrompida, que à época da sua queda o governo de fato era o tribunal cristão. O verdadeiro governo da Europa, por quase três séculos inteiros, e na maior parte dos seis primeiros séculos, foi conduzido pelos tribunais eclesiásticos, e, tenho de admitir, foi o melhor governo que ela já teve. A igreja não tentou suplantar o Estado, mas tentou erguer das ruínas de Roma um governo civil que deveria ministrar ao seu próprio âmbito. No entanto, a própria igreja assumiu grande parte do governo. Havia tribunais para tratar de questões eclesiásticas, familiares, cíveis, criminais, e assim por diante.

Hoje, estamos vendo uma ressurreição assim nos Estados Unidos. Ela se dá basicamente, mas não inteiramente, sob os auspícios de uma sociedade jurídica. Em várias comunidades foram estabelecidos conselhos de arbitragem. Os cristãos que recorrem a esses fóruns devem concordar em submeter seus casos a um conselho de procuradores e as partes assinam um contrato que as obriga a acatar os resultados. Recentemente, numa cidade relativamente pequena do Oeste americano, no decurso de um ano, foram julgados, sem nenhum problema, casos que totalizavam 26 milhões de dólares. Os santos estão começando a julgar e a governar o mundo novamente.

Roma via a si mesma como o guarda-chuva sob o qual todas as coisas, inclusive a igreja, tinha de existir. A igreja dizia: “Não pretendemos nos apropriar nem reivindicar indevidamente nenhum poder que pertença legitimamente a César. Nós oramos por César”. Roma achava que isso era uma impossibilidade. “Essas pessoas”, dizia ela, “falam de um poder de governo que procede de um Deus invisível e que atua invisivelmente no indivíduo. Elas estão nos pedindo para deixá-las em paz nas suas igrejas e escolas.” Incidentalmente, a igreja primitiva, seguindo o padrão da sinagoga, era a escola. Era também uma biblioteca. De maneira muito significativa, o estilo arquitetônico das primeiras igrejas, ao contrário da atitude prevalecente em alguns círculos eclesiásticos, não eram estruturas simplórias, porque eram os palácios de Cristo o Rei! O santuário era construído para se parecer com a sala do trono. Naqueles dias, quando a Escritura era lida, todos os membros da igreja ficavam de pé, porque o Rei estava falando. Os cristãos acreditavam que havia um governo da parte de Deus, por meio do seu Espírito Santo e que atuava nas vidas deles, cujo padrão era superior ao da lei romana imperial que governava suas igrejas e escolas: a Palavra de Deus, o “cânon”, ou a “regra”, conforme eles chamavam.

Roma considerava que não poderia existir moralidade sem as legiões e as autoridades romanas para manterem a ordem e o controle. Nessa crença, ela começou a desintegrar-se. Mesmo quando perseguiam os cristãos, os circos romanos estavam se tornando uma característica dominante da cena romana. Roma começara a temer o povo e, para mantê-lo sob controle, subornava-o. Pão e circo eram a única maneira de segurar a revolta das massas. Por volta de 275 d.C., a situação chegou ao ponto em que os benefícios sociais não somente se estendiam a todos que os reivindicavam, como também, para eliminar o trauma da necessidade de apelar para recebê-los, o imperador decretou que pertenceriam hereditariamente a todos os filhos do beneficiado por eles. Um ano depois não havia mais o que dar às massas, por isso elas o mataram!

O Estado moderno está buscando o mesmo caminho, oferendo mais e mais subornos ao povo que não consegue controlar com a sua lei-palavra. Ele não pode transformá-los em cidadãos piedosos e cumpridores da lei, mas volta-se contra os cristão e diz-lhes: “Vocês estão deslocados. Estão destruindo nossa lei e nossa ordem. Suas escolas e igrejas nos ofendem. Estamos tentando criar uma sociedade estável, uma cultura em que haja um padrão moral comum”.

“Vocês”, disse Roma aos cristãos, “são ateus, porque a ideia de qualquer Deus acima e além do Estado, qualquer Deus acima e além da natureza, é um mito.” Não seria essa a atitude que hoje estamos enfrentando por parte do mundo?

A autoridade do Estado fora estabelecida como a ordem natural máxima. Embora não possamos falar com autoridade sobre Crescêncio, com quem Justino Mártir estava aborrecido, sabemos que a maioria dos filósofos pagãos lia a Bíblia com um senso de pavor. Para eles, a única força moral convincente era o temor do Estado. Nenhum longínquo poder "antinatural" (na perspectiva deles, mas na nossa perspectiva "sobrenatural"), o Deus Trino, poderia controlar o homem. Negar a força da ordem natural e a sua condição de máxima ordem moral, jurídica e governamental era ateísmo. De que outro modo, defendiam eles, os homens poderiam se comportar?

Penso que a questão do ateísmo da igreja primitiva evidencia um elemento interessante e destaca a centralidade da doutrina do Espírito em nosso pensamento. Nós da *Chalcedon Foundation* cremos que a primeira grande declaração sobre o Espírito Santo, depois do seu papel na Criação, é que ele é o Espírito de sabedoria e de entendimento. O apóstolo Tiago nos diz que há algo que todos sem dúvida podemos ter se a pedirmos a Deus. Todos os outros dons de Deus e do Espírito são condicionais, mas há um dom que todos poderemos ter se tão somente o pedirmos. Quando olhamos hoje para o nosso mundo, e especialmente para a igreja, é evidente que pouquíssimas pessoas o pedem de fato: o dom de sabedoria. "Se, porém, algum de vós necessita de sabedoria, peça-a a Deus, que a todos dá liberalmente" (Tg 1.5).

Para nós, é importante que reconheçamos a centralidade dessa doutrina, porque ela nos diz que há um poder atuante no mundo. Poder que é uma Pessoa, poder que pode instituir mais ordem do que o Estado é capaz e que, em si mesmo, como um da Divindade Trinitária, ordenou a vida do Estado. O Estado assina a própria sentença de morte quando se aparta do Deus Trino. Conforme a Divindade, ao falar outrora como a Sabedoria, disse: "Mas o que peca contra mim violenta a própria alma. Todos os que me aborrecem amam a morte" (Pv 8.36).

O amor à morte impera por todo o mundo. Hoje, por todo o mundo, estamos nos espasmos da morte do estatismo humanista. A única pergunta é: "Tomaremos parte nesse terrível suicídio?" A Palavra de Deus adverte: "saí do meio deles, e apartai-vos, diz o Senhor" (2Co 6.17). Devemos estabelecer as nossas igrejas, escolas, famílias e vocações nos termos da Palavra de Deus soberana, e onde for necessário ser obedientes às autoridades humanas, seremos obedientes. Mas onde tivermos de obedecer a Deus e não aos homens, obedeceremos a Deus e a Deus somente. Admitimos que a única e verdadeira força de uma sociedade, a sua única fonte de ordem moral, não procede do Estado. O Estado não pode oferecer ordem moral. Somente Deus, mediante sua

igreja fiel, mediante seu Espírito, mediante sua Palavra, pode nos proporcionar essa ordem.

É dessa ordem que o mundo necessita desesperadamente hoje. A crise da ordem é uma crise de proporções gigantescas. Ela assombra a União Soviética, cada vez mais incapaz de controlar seus próprios jovens. O filho de um amigo meu visitou a União Soviética numa viagem de turismo pela Europa no seu próprio Volkswagen, e logo se achou totalmente envolvido com a comunidade dos filhos da elite de Moscou. Ele logo descobriu que tudo era muito parecido com o mundo das casas noturnas daqui: a paixão pelo *rock and roll*, sendo o *status* máximo usar *blue jeans* desbotado e remendado, e a falta de interesse por tudo que não fosse o prazer pessoal.

Ano após ano a produtividade da União Soviética tem caído. Em todo o mundo ocidental, a produtividade tem caído. Os homens empenham-se cada vez menos na produção, na construção e no desenvolvimento, e cada vez mais, no consumo, no entretenimento e na evasão do mundo do trabalho e da responsabilidade. Vivemos, de fato, num tempo crítico no qual o mundo está desmoronando ao nosso redor e o que nos falta é aquilo que Roma denominava de "ateísmo" da igreja primitiva: o reconhecimento de que somente Deus é o Senhor, de que ele é soberano sobre nós e de que "Se o SENHOR não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam" (Sl 127.1).

Capítulo dois: o desaparecimento da justiça

Em 1971 o cientista europeu Roberto Vacca escreveu o livro *The Coming Dark Age* [A Próxima Idade das Trevas]. Escrevendo a partir da perspectiva da ciência e da tecnologia, o autor predisse o colapso vindouro da vida urbana e afirmou que em razão da combinação da crescente falta de instrução, da tributação destruidora da capacidade de autorrenovação dos sistemas e de muitos outros fatores, os principais sistemas do mundo ocidental — trânsito, coleta de lixo, telefonia, energia e correios — entrarão em colapso. O seu prognóstico omitiu intencionalmente a possibilidade da guerra, o que, evidentemente, aceleraria esse colapso.

A perspectiva de Vacca — a de que enfrentamos a chegada da Idade das Trevas — tem sido repetida por vários outros eruditos. Todos têm uma premissa comum: a saber, a de que a "Idade das Trevas" talvez esteja diante de nós. O fato é que agora estamos na mais negra "Idade das Trevas" do mundo.

O termo "Idade das Trevas" originou-se de escritores cristãos na igreja primitiva, que referiam como Idades das Trevas a qualquer época da história, em qualquer lugar do mundo, que estivesse fora de Cristo. Assim, a Idade das Trevas está lá nas ruas de Sydney, Los Angeles, Chicago, São Francisco, Londres, Berlim, Paris e no mundo inteiro. Além disso, o erudito inglês Gil Elliot apresenta-nos no livro *The Twentieth Century Book of the Dead* [O Livro dos Mortos do Século 20] alguns dados impressionantes. Segundo Elliot, jamais houve, em nenhuma outra era da História e em nenhum outro século, percentagem maior de morte humana por causa da guerra, da revolução, da fome causada pelo homem, dos campos de trabalho escravo, e assim por diante. Neste século, disse ele, tem morrido uma proporção mais alta da humanidade do que em qualquer outra época da história humana. Esta é a verdadeira "Idade das Trevas".

A propósito, os dados registrados no livro dele vão somente até os anos iniciais da década de 1960. Desde então temos tomado conhecimento muito mais abrangente sobre a grandeza do número dos que morreram por causa da revolução chinesa. Sabemos que na África tem havido massacres sistemáticos de centenas e milhares de cristãos e de que no Camboja o Khmer Vermelho eliminou sistematicamente cinquenta por cento da população. Conversei com dois sobreviventes dessa matança, e os critérios que regiam a política de extermínio eram os seguintes: qualquer um que morasse na cidade e conhecesse a vida urbana; qualquer um que fosse instruído e soubesse ler ou escrever (o que

significava que a pessoa tinha ideias que não poderiam ser erradicadas prontamente pelos líderes marxistas); qualquer um que já tivesse viajado ao exterior; qualquer um que tivesse trabalhado para o antigo governo ou fosse parente de alguém que tivesse trabalhado para ele; e finalmente, e acima de tudo, qualquer um que fosse cristão. Metade da população do Camboja foi assassinada.

A Idade das Trevas está aí rodeando-nos por todos os lados. Mas Elliot ao tratar dos dados referentes aos anos iniciais da década de 1960, precisou omitir uma questão que lhe veio à mente. Como todo bom liberal, ele se opunha à ideia de que o pecado tivesse algo a ver com isso, ou que o homem pudesse ser considerado como um ser corrompido. Mas essa decisão deixou-o sem nada que explicasse o que havia acontecido.

Esse tipo de informação que Elliot revelou mediante a estatística não deveria nos surpreender, uma vez que a história do pensamento ocidental começou com o Iluminismo e especialmente com a Revolução Francesa. No começo do último século, Max Stirner, com o livro *The Ego and His Own* [O Único e a Sua Propriedade], convocava ao anarquismo militante e provoca todos os seus companheiros ateus, acusando-os de cristãos enrustidos. Dizia ele: Quem de vocês tem a coragem de dormir com a própria filha, irmã ou mãe? Se não a tiverem, é porque são cristãos enrustidos. Os escritos de Stirner foram ressuscitados no começo dos anos da década de 1960 e exerceram grande influência no movimento estudantil mundial. Nietzsche era outro que convocava a humanidade para “viver acima do bem e do mal”.

Em 1973, Walter Kauffmann, um filósofo de Princeton prematuramente falecido não há muito tempo, publicou o livro de título *Without Guilt and Justice* [Sem Culpa e sem Justiça]. A tese de Kauffmann era simplesmente esta: a culpa é um conceito religioso e está relacionada ao Deus da Escritura. Logo, lidar com a sociedade civil em termos de culpa e inocência é pressupor a existência do Deus da Escritura. Semelhantemente, temos de abandonar todo conceito de justiça ou de injustiça, a vontade de um Deus sobrenatural — algo que conhecemos como ideia disparatada. E, consequentemente, precisamos reordenar a sociedade além da concepção de bem e mal, além de culpa e inocência, além de justiça e injustiça.

De modo significativo, na última página do seu estudo, esse filósofo, hegeliano até o tutano, citou a Escritura em Gênesis 2.1-5, o plano que o Tentador apresentou a Eva:

> Sereis como deus, cada homem o seu próprio deus, sabendo, determinando por si mesmo o que é bom é mal.

Kauffmann chegou à conclusão de que o mundo, então, não estava pronto para esse evangelho.

Temos hoje as consequências de gerações desse tipo de pensamento. Temos o escritor estadunidense Paul Hoffman, que em 1974 deu ao seu relato da vida de um famoso advogado criminalista dos Estados Unidos o título de *What the Hell is Justice?* [Que Diabo é a Justiça?] — citação de um advogado criminalista. É isso o que a nossa cultura está pedindo. A consequência disso é a existência da sensação geral de que a justiça desapareceu.

Temos de concordar com Kauffmann. Culpa e inocência, justiça e injustiça, estão ligadas ao Deus da Escritura. Se eliminarmos a fé nesse Deus, se nos tornarmos sistematicamente humanistas, temos de abandonar toda ideia de justiça ou injustiça. Deus é a fonte da verdadeira justiça. A deterioração da justiça significa, portanto, a deterioração da religião. Se não se alicerçar na essência da natureza e do ser de Deus, a justiça será, na melhor hipótese, um conceito periférico e desnecessário e passará a ser meramente um ideal ou conceito pessoais e não, a natureza da realidade. A justiça só é de fato importante para aqueles que creem que ela representa a natureza essencial de Deus.

No começo da década de 1960 eu estava na *William Volker Foundation*. Naquela época eu morava perto da *Stanford University* e fazia boa parte da minha pesquisa na biblioteca dessa instituição. Naqueles dias, tive a ocasião de travar conhecimento com um notável economista clássico, um estadunidense extremamente conservador. Não sendo cristão, era demasiadamente inclinado aos antigos modelos liberais: a crença na liberdade, na justiça, e assim por diante. Até seu último dia de vida, ele jamais conseguiu superar o horror que sentia pela rejeição dos estudantes de Stanford ao conceito de liberdade, que consideravam inválido. O assunto não lhes interessava. “Se você lhes tivesse falado sobre justiça”, disse-lhe eu, “obteria a mesma reação.” Visto que estavam envolvidos numa revolução que os beneficiava, rejeitavam de imediato a ideia de liberdade; da mesma maneira teriam rejeitado a de justiça, porque ela lida com um âmbito espiritual.

Negar a justiça é negar Deus. Além disso, não temos conseguido entender o que o significado de justiça tem a ver com Deus e conosco. Há um século, Girdlestone, teólogo inglês e especialista no AT, chamou a atenção para o triste fato de que a língua inglesa tinha duas palavras que significavam a mesma coisa. Uma tinha sido apropriada pelo Estado e a outra, pela igreja, e as duas terminaram significando duas coisas diferentes. Essas palavras são “justiça” e “verdade”, e têm exatamente o mesmo significado. Quando a Bíblia fala da verdade de Deus está falando da justiça de Deus; quando ficamos sabendo que

somos criados à imagem de Deus — saber, verdade, santidade e domínio — somos informados pela Escritura que somos criados em verdade ou justiça e que Cristo restaura essa imagem corrompida pela Queda para nos restabelecer no nosso mandato da Criação, que é o de dominar e subjugar a Terra nos termos da imagem de Deus em nós: justiça, saber, verdade e santidade.

Assim, justiça ou verdade é do nosso maior interesse. Ela dá a conhecer a natureza de Deus. Se perdermos de vista o fato de que a justiça diz respeito aos cristãos estaremos entregando o mundo ao inimigo. E grande parte dos membros da igreja, quando ela se torna antinomiana ou antilei, está de fato negando Deus, porque Deus é Senhor de todas as coisas, inclusive do Estado. O Estado tem tanto o dever de manifestar a justiça de Deus quanto o tem a igreja — quanto o tem eu e você.

O Estado, assim como a igreja ou eu e você, tem o mesmo dever de manifestar a justiça de Deus, portanto, seja qual for a área, o nosso cânone deve ser o modelo da verdade de Deus, da justiça de Deus, da lei de Deus. Conforme diz Isaías 8.20:

> À lei e ao testemunho! Se eles não falarem desta maneira,
> jamais verão a alva.

Fiquei muito impressionado alguns anos atrás ao ler um livro, geralmente inútil sob outros aspectos, que me revelou o fato de que, quando se trata de coisas importantes, o homem moderno é de uma "frieza compulsiva". Ele fica agitado com o *rock and roll* e com muitas outras banalidades, mas quando se trata dos essenciais da nossa civilização e dos essenciais da nossa fé, há uma "frieza compulsiva". Um dos aspectos do cinismo geral é a preferência por coisas que podem ser desdenhadas e desprezadas. O fato entristecedor é que a igreja, no que se refere as coisas de Deus, sofre dessa mesma "frieza compulsiva". Ela não zela pela verdade de Deus; não está preocupada com a lei de Deus; deixou de exigir que o Estado seja um ministro de justiça.

Quero enfatizar que o Estado é *um* ministro de justiça, não *o* ministro de justiça. Toda e qualquer área da vida e do pensamento deve manifestar a verdade de Deus. O Governo não se limita ao Estado. O Governo começa com o autogoverno do indivíduo cristão e abrange o autogoverno da família, da igreja, da escola, das vocações, da sociedade em geral. Todas essas coisas nos governam em todas as áreas. A justiça e a verdade devem estar evidentes. Se limitarmos a justiça ao Estado, isso significará que a justiça se foi das nossas vidas. A justiça tem de ser a vida de todos os indivíduos e de todas as sociedades, e começa conosco, com as nossas vidas e com a nossa gestão das

coisas que são nossas.

A propósito, o dízimo é uma forma de justiça; é dar a Deus o imposto que lhe é devido. As pessoas hoje não se preocupam com o fato de estarem roubando a Deus, nem, em muitos casos, se preocupam como deveriam com o assassinato de bebês não nascidos, com a liberação da homossexualidade e muitas outras questões. Por que deveríamos nos surpreender com os ataques da presente era à igreja e seus ministérios, como, por exemplo, o da escola cristã? Além disso, temos visto o próprio conceito de justiça sob ataque maciço. As modernas faculdades de Direito têm tentado separar justiça de moralidade.

Na década de 1920, John W. Burgess, importante político conservador dos Estados Unidos, jurisconsulto e professor de Ciência Política na *Columbia University*, em Nova Iorque, escreveu um livro cujo título era *The Sanctity of Law* [A Santidade da Lei]. Ele gastou o livro inteiro fazendo duas coisas: separando a lei de Deus e da moralidade, afirmando que a lei expressava a vontade do Estado; ao mesmo tempo em que insistia sobre a santidade da lei, pois aquilo que o Estado quer é de necessidade "santa". Por conta desse fato na tradição jurídica, não deveríamos nos surpreender por enfrentarmos os problemas que temos.

O Estado só pode exercer justiça quando ele mesmo está debaixo de Deus, e mais, quando o povo está debaixo de Deus. O Estado que nega Deus, nega a justiça. Mas o Estado moderno vê-se como legislador. A produção de leis é atributo da divindade. A fonte da lei de qualquer sistema é o deus desse sistema. Originalmente, nos termos da tradição inglesa, as colônias americanas e, subsequentemente, os Estados não falavam em ter legislaturas, ou poderes legislativos, um costume relativamente recente, mas em ter uma *House of Burgesses* [i.e., câmara de moradores, um grupo de representantes da cidade ou da vila no parlamento] ou uma *General Assembly* [Assembleia Geral], e assim por diante. Isso não existia com a finalidade de produzir leis, mas para ajudar a levar a vontade do povo a influir naquilo que os magistrados civis faziam para promover a justiça na comunidade.

Ora, essas assembleias, evidentemente, passaram a legislar e gerar mais leis do que qualquer um de nós pode conseguir ler. Todos os anos, as sessões desses poderes legislativos e do Congresso, bem como das agências burocráticas, criam leis suficientes para abarrotarem um celeiro. Somos confrontados com uma grande massa de *ordens e decretos arbitrários* [*fiat law*, em inglês].

A palavra *fiat* vem do primeiro capítulo de Gênesis: *fiat lux*, i.e., "Haja luz!". *Fiat* significa o ato criador pelo qual, com uma mera palavra, pode-se trazer algo à existência. Como consequência temos hoje, em praticamente todo

Estado moderno, o *fiat money*: papel-moeda irresgatável e decretado como a moeda corrente. Conforme disse Von Mises, é um fato notável que todo governo civil no mundo pode pegar papel perfeitamente bom e convertê-lo em dinheiro sem valor. Temos uma proliferação de decretos arbitrários — leis que não têm relação nenhuma com a justiça de Deus.

Por exemplo, em 1930 era ilegal andar nas ruas dos Estados Unidos transportando uma garrafa de vinho, mas não era ilegal transportar uma barra de ouro. Cinco anos depois, transportar vinho era legal e ouro ilegal. Nenhuma dessas duas ordens da legislação tem a ver com justiça. Elas representam o decreto arbitrário da vontade do Estado. Vemos cada vez mais os decretos arbitrários do Estado se convertem em lei, com o consequente colapso do Direito ao nosso redor.

Esse "vírus" remonta à Grécia antiga. A filosofia grega afirmava a existência de uma esfera de valores independentes que era o universo das formas, das ideias, ou da razão pura. Ela alegava que um grupo de elite — os reis-filósofos — eram capazes de encarnar essa razão, e assim os universais eram também encarnados pelos reis-filósofos: por esse motivo eles podiam governar com justiça perfeita. O vírus dessa fé contagiou o mundo ocidental. A Revolução Francesa foi uma tentativa de estabelecê-la. Um dos membros da nossa equipe, Otto Scott, escreveu um livro sobre Robespierre intitulado *Robespierre, the Voice of Virtue* [Robespierre, a Voz da Virtude]. Robespierre achava-se isto: a voz da razão e da virtude; assim como a ditadura da União Soviética crê na própria infalibilidade. Ela é infalível porque encarna a voz da razão, a divindade encarnada em toda a essência.

A razão autônoma pode assim refazer o mundo à sua própria imagem, e todos os que se opõem a esse Estado estão se opondo à voz da razão. O resultado tem sido o controle da edução, o terrorismo, os movimentos para destruir a família e a igreja, a engenharia biológica, e muito mais. O objetivo é refazer o homem à imagem da elite dos planejadores, o que resulta em injustiça maciça. Assim como para nós a fonte de todo sentido é o Deus Trino, para esses homens, é o Estado. O Estado está agora em processo de definição, de redefinição de tudo. A situação talvez não esteja tão ruim na Austrália e na Nova Zelândia como está nos Estados Unidos, onde a Receita Federal olha na cara da gente e, contrariando o sentido claro da linguagem que lemos, diz que aquilo não significa o que a gente acha que significa. Mas, ao contrário, significa o que eles *dizem* que significa! Eles definem a linguagem e à medida que a redefinem ela passa a ter o sentido que eles lhe dão. É interessante também que, quando avaliam a gente acerca de algum tributo que achem que lhes devemos, ele nos

dirão — usando a linguagem de Deus — que temos trinta ou sessenta “dias de graça” para pagá-la. O negócio do Estado moderno é redefinir o significado de todas as coisas.

Conversava recentemente com meu querido amigo Bill Richardson, Senador do Senado do Estado da Califórnia,[4] quando ele comentou um tanto exasperado quanto ao que estava vivenciando no Senado estadual. Disse ele, “Olha, acredito mesmo que vão eliminar todos os crimes por meio da redefinição. Qualquer dia desses acho que vão eliminar o estupro redefinindo-o como ‘sexo unilateral’”.

Ademais, se não começarmos de fato com a justiça de Deus, a verdade de Deus, começamos depois com a justiça ou a verdade ostensivas do Estado. Não há apelação além do Estado e aquilo que ele declarar como lei é o que é certo.

Em 1975, algumas militantes pró-vida, antiabortistas, apertaram o então senador John Tunney do Senado dos Estados Unidos na Califórnia do Sul e desfiaram-no sobre a moralidade do aborto. O senador defendeu-o como moral. “Com base em quê?”, insistiram. “Com base na sua legalidade jurídica.” Então lhe disseram, “Bem, se a maioria do povo norte-americano passar amanhã uma lei demandando a legislação do roubo, o roubo então seria moral?”. Ao que ele lhes respondeu, “Sim, porque então seria juridicamente legal!”.

Esta é a direção atual de todo o pensamento humanista no mundo inteiro: identificar a vontade do Estado como algo além da qual não há apelação. Se negarmos a justiça de Deus como básica para a vida do homem, negamos essa apelação. Dizemos que não há a Suprema Corte do Deus onipotente à qual os homens podem apelar.

Enfrentamos esse problema hoje em alguns casos jurídicos prestes a virem à tona. Há o caso da piquetagem a uma clínica de aborto na Carolina do Norte. Os médicos estão agora processando as pessoas que faziam piquete nas clínicas de aborto com placas em que se liam “Aborto é Assassinato”. Isso é calúnia, dizem eles ao recorrerem aos tribunais. Uma vez que o aborto é legal, referi-lo como homicídio e chamá-lo de imoral é juridicamente errado. Eles abriram um processo de indenização em torno de um milhão de dólares, creio eu.

A tristeza desse fato é: se não reconhecemos a justiça de Deus como acima e imposta ao homem e ao Estado — a igreja, a família, a escola, toda área da vida e do pensamento —, então essas pessoas estarão certas. Nós tiramos o governo de Deus, a sua soberania, a sua justiça, dessa área da vida. Provérbios 12.28 diz-nos:

> Na vereda da justiça, está a vida, e no caminho da sua

carreira não há morte.

A perda da justiça é o fato-chave da nossa época e alicerça-se na perda da fé no Deus Trino e na vontade que o homem tem de ser o seu próprio deus. Mas o castigo do pecado é sempre a morte, seja dos homens, das civilizações ou dos governos civis. Cristo, o nosso Redentor, tem-nos chamado à santidade e à verdade ou justiça, e é somente mediante a sua Palavra que podemos achar a palavra para todos os homens e todas as nações.

Capítulo três: intercessão

Para entendermos o contexto de cada uma dessas frases, é indispensável que nos aproximemos da Palavra de Deus. As cartas de Paulo, por exemplo, não foram escritas porque um dia ele se sentou e decidiu: “Agora vou dizer às igrejas aquilo que acho que elas precisam ouvir”. Pelo contrário. Ele estava respondendo as urgentes perguntas da igreja acerca de questões de importância crucial para ela.

Ao lermos Romanos 13, precisamos nos interrogar sobre que pergunta era feita a Paulo. A resposta é óbvia, pois naqueles dias a grande questão em voga — que rasgaria as entranhas da igreja durante vários séculos, quando a perseguição a assaltava e alguns transigiam e a deixavam — era esta: “Quem é o Senhor, Cristo ou César?”. César afirmava que era o senhor, o soberano. A igreja declarava que “Jesus Cristo é o Senhor”; declaração que era a sua confissão batismal. Isso, portanto, era o que suscitava a pergunta: “Se Jesus é o Senhor, e se César não é o senhor, devemos sempre obedecer a César? Temos alguma obrigação para com César?”

Foi para responder essa questão que Paulo escreveu o que registra Romanos 13. O que ele disse de fato foi que o Estado é um ministro debaixo da autoridade de Deus. A palavra que ele usa em grego é *diakonos*, um diácono, um servo de Deus. Obedecemos ao Estado porque cremos — para traduzir em terminologia moderna aquilo que ele afirma — na salvação, não pela revolução, mas pela regeneração. Por isso obedecemos. Lembramos a todos do papel do Estado como ministro: castigar quem pratica o mal. Sujeitamo-nos não porque César o exige, mas por causa da consciência, consciência para com o nosso Senhor.

O mesmo é verdade quanto às palavras de Paulo em 1 Timóteo 2.1-2. Versículos muitas vezes mal empregados. Mas o que Paulo diz é:

> Antes de tudo, pois, exorto que se use a prática de súplicas, orações, intercessões, ações de graças, em favor de todos os homens, em favor dos reis e de todos os que se acham investidos de autoridade, para que vivamos vida tranquila e mansa, com toda piedade e respeito.
>
> Devemos interceder por todos os homens, inclusive pelos reis.

Tal exortação não advoga a submissão incondicional às autoridades civis. Na realidade esse texto era de fato uma ofensa a Roma e ocasião de conflito. Stuart Perowne, no seu estudo sobre Cristo e a igreja e o relacionamento dessas coisas com os Césares, assim descreve o conflito: “Quanto à atitude dos cristãos

para com o Estado, dizia-se em síntese que, conquanto estivessem prontos e ansiosos para *orar por* César, conforme ensinara-lhe o Mestre deles, os cristãos se recusavam a *orar a* César. Tal atitude simplesmente confirmava que eles eram uma organização sediciosa e subversiva".

Percebe-se a diferença? A igreja ofendia o Império Romano porque, em vez de *orar ao* Augusto divino, ela *orava por* ele e por todos os homens. Isso colocava César no mesmo nível de todos os homens, até mesmo no dos mais humildes do seu reino, o que para Roma era uma ofensa. Quando somos ordenados a orar pelos governantes, o mandamento está nos intimando a orar por eles assim como oramos por todos os homens, pela redenção deles, para que sejam fieis ao Senhor e cumpram suas vocações da maneira que Deus requer deles.

Quem se lembra do filme *Um Violinista no Telhado* talvez se recorde da cena em que os estudantes perguntam ao velho rabino: "Rabi, como devemos orar pelo czar?". Ao que o velho mestre responde: "Orem para que Deus o abençoe e o mantenha distante de nós".

Havia um quê disso na igreja primitiva, embora a atitude dos cristãos era basicamente muito mais positiva. Eles deviam orar pelos governantes "para que vivamos vida tranquila e mansa, com toda piedade e respeito". Havia nisso o reconhecimento de que a ordem civil e a paz dependem do exercício justo da autoridade da parte daqueles que estão em posições de liderança. A igreja devia dar graças por toda boa gestão que o governante civil proporcionasse e devia orar por direção, bem como pelo juízo de Deus sobre os que se desviassem. Dessarte, a nossa oração pelas autoridades civis, conforme ordenada por Paulo, abrange também a interseção por elas. Em si mesmo, esse é um fato significativo. Quem intercede por outro, tem, por isso, maior posição de poder.

Em janeiro passado fez um ano que o Sr. Ball, eu e mais seis outras pessoas estivemos numa reunião na Casa Branca. Para que o encontro fosse realizado, pedimos a um assessor da Casa Branca que intercedesse por nós e marcasse a reunião. Apela-se a quem tem poder para interceder. Isso significa que Paulo estava dizendo que todos os cristãos, quando se apresentam como intercessores diante do trono do Deus onipotente, têm posição de grande poder, de poder maior do que os dos Césares.

Além disso, a palavra grega para intercessão é um termo técnico e significa aquele que serve de "intermediário", entre o povo e o rei. Paulo estava dizendo: "César é uma alma necessitada. Como cristãos, devemos interceder em favor dele ao Rei dos reis. Devemos estar em intercessão contínua, porque, por intermédio de Cristo, temos acesso contínuo Àquele 'que pode salvar totalmente

os que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles’”.

Aquilo que Paulo está dizendo à igreja de Roma e a Timóteo não deve ser mal interpretado como se indicasse que os cristãos devem simplesmente se submeter ao Estado sem questionar, seja qual for a situação, e que eles se veem como se tivessem a obrigação moral de obedecer. Não é assim. Somos ordenados a obedecer, mas temos de obedecer a Deus, não aos homens. Estamos numa posição mais alta do que a de todos os reis e imperadores, pois somos todos, mediante o poder da oração, intercessores.

O Rev. Robert McCurdy, pastor de uma igreja no Estado da Georgia (E.U.A.), teve problemas com a Receita Federal norte-americana. A sua igreja, muito grande e célebre, com uma escola paroquial com cerca de 700 estudantes, foi intimada a apresentar todos os seus registros, todos os dados relativos aos seus membros, quanto cada um havia doado, quais eram as despesas e a quem eram pagas, a Constituição, os estatutos e demais documentos da igreja. A frase final da intimação dizia: “Responder dentro de 30 dias”.

Bob McCurdy respondeu por escrito: “Nós estamos debaixo da autoridade de Cristo, não da de vocês. Por que nos perguntam essas coisas? P.S. Estou lhes enviando um exemplar da nossa Constituição: chama-se Bíblia Sagrada”.

Como resposta, ele recebeu uma dura notificação indicando que aquele não era considerado um documento apropriado. Seja como for, o pastor McCurdy expôs a situação no boletim da igreja e pediu à congregação que orasse para que Deus acabasse com a Receita Federal. Ao que parece, assim como faz com outros grupos, a Receita tinha plantado alguém na mala direta da igreja que lhe passava todas as correspondências, porque esse órgão remeteu à igreja uma furiosa notificação de protesto sobre o pedido de oração. O órgão federal não considerava que a matéria fosse um assunto válido para oração.

A nossa vocação é interceder a um poder superior. O poder superior é Deus Onipotente, não o Estado. Mas hoje está cada vez mais evidente que os homens consideram o Estado como o poder supremo, como a autoridade maior.

Segundo, um dos teólogos liberais mais influentes dos Estados Unidos, escreveu: “Damos o nome de socialismo ao regime político em que a propriedade dos meios de produção é retirada dos indivíduos e transferida às mãos de instituições mais altas cujo interesse é o bem comum”. À medida que Segundo desenvolve esse ponto, fica claro que só existe uma única instituição mais alta do que tudo e que está acima de todos os homens e de todas as agências. Essa instituição é o Estado. A tese de Segundo, e de todo teólogo

liberal, é a de que o Estado é a instituição transcendental, a agência acima de todos os principados e potestades, que toma o lugar de Deus e deveria tomar o lugar dele na mente e no coração dos homens.

Somente o Estado é considerado capaz de agir em benefício do bem comum, de estar acima de interesses parciais e limitados, e de, assim como Deus, ser sempre justo nas suas decisões. Obviamente, tudo o que precisamos fazer é dar uma olhada nos jornais matinais para sabermos o contrário. O Estado não é infalível nem incorruptível, não é melhor do que os seus cidadãos em nada. Mas esse é, em grande parte, o conceito de Estado que temos conosco; é principalmente um produto da Filosofia moderna, como o hegelianismo, estando também profundamente enraizado na antiguidade.

Muitos anos atrás, o erudito inglês W. W. Willoughby, resumindo o antigo conceito grego do Estado como a ordem máxima ou final, escreveu: “Numa filosofia política como essa, é claro que não cabia a ideia de que o Estado existia exclusivamente, ou mesmo principalmente, para a proteção dos direitos privados de seus cidadãos. Antes, alegava-se que sem o Estado o indivíduo não tinha direito nenhum, nem mesmo os direitos naturais ou morais, porque sem a educação e a ordem proporcionadas pelo Estado, o cidadão não teria a disposição nem a oportunidade de levar uma vida moral e racional”.

Uma consequência ulterior dessa ideia sobre o escopo do Estado foi a de converter a política e a ética praticamente em uma ciência. Nos escritos de Platão, as duas eram exatamente o mesmo. Aristóteles fazia diferença entre elas, mas, consoante os princípios que temos estabelecido, ele transformou a Política na ciência principal, sendo a Ética uma das suas subordinadas. Tanto é assim que ele afirma que a sua Ética é um tratado político, não passando de uma introdução ao seu tratado sobre a Política propriamente dita.

Essa ideia está muito presente entre nós quando vemos o Estado reclamando jurisdição cada vez maior sobre cada área da vida e do pensamento, como se essa jurisdição procedesse de Deus; como se todos os direitos, todos os princípios morais, emanassem dele mesmo; como se não fosse possível discordar do Estado sem violar-se nenhuma premissa moral divina. Mas só o Senhor Deus dos Exércitos é quem pode reclamar fidelidade assim.

Além disso, conforme prossegue dizendo Willoughby: “Não é tanto que o Estado interferisse em quase tudo, antes quase tudo estava absorvido no Estado. A religião era a religião do Estado e todo aquele que anunciasse deuses novos tinha de sorver o cálice fatal. A família era só um meio para os fins do Estado. O Estado podia impedir o comércio e meter em grilhões todas as atividades da economia dos indivíduos. O Estado não reconhecia nenhuma outra

sociedade senão a si mesmo. Esse Estado era apenas a consequência lógica das mesmas ideias políticas que prescreviam as suas melodias à música, as suas afinações aos instrumentos e aventurava-se a proibir que as Helenas lessem Homero". A tese de Willoughby foi bem desenvolvida. Tudo foi absorvido pelo Estado e o homem não tinha vida nem liberdade fora dele. Os pressupostos eram a infalibilidade do Estado e a estupidez de todo aquele que se lhe opunha.

Temos hoje uma doutrina semelhante, que tem seus desenvolvimentos e foi refinada em alguns pontos, mas, em essência, considera como sem fundamento negar hoje a supremacia do Estado. Por quê? Porque, desde Rousseau, temos visto a identificação de toda autoridade moral com o povo — a voz do povo é a voz de Deus (*vox populi, vox dei*) — e a identificação do Estado com a voz do povo.

O resultado é que temos a deificação do povo e do Estado do povo. Os países marxistas se autodenominam de República Popular [i.e., do povo] do País Tal — República Federal Popular da Alemanha, ou República Popular da Coreia do Norte ou da China, conforme o caso. Nas democracias ocidentais, apela-se novamente ao povo. Temos aquele tipo de situação que Lewis J. Howell descreveu assim: "Hoje quando o primeiro-ministro da União Soviética faz um comunicado ao presidente dos Estados Unidos, ele tenta expressar a visão do povo soviético sobre o assunto em pauta. Quando o presidente dos Estados Unidos lhe replica, dá a resposta do povo norte-americano à substância do comunicado do primeiro-ministro. Em 1945, em São Francisco (E.U.A.), na fundação das Nações Unidas, sessenta indivíduos investidos da autoridade de outros tantos estados soberanos, alguns dos quais chamamos de ditaduras e uns poucos do que denominamos de democracias liberais, redigiram e assinaram um documento que começa assim: "Nós, o povo das Nações Unidas…".

Que significa isso? A mais alta forma de impostura política hoje é a de tomar posse do nome do povo. Os políticos que alegam expressar a vontade do povo dizem com isso que, quem discordar deles opõe-se a todo o povo e não é um do povo. Eles querem dizer que de alguma maneira encarnam em si mesmos a vontade do povo, a qual, por isso mesmo, tem força moral e autoridade totais. Mas a voz dos profetas e a voz da Escritura é "Assim diz o Senhor…", não "Assim diz o povo…". "O povo" não existe. Não passa de um substantivo coletivo, usado por indivíduos inescrupulosos para atribuírem a si mesmos uma autoridade subtraída.

Temos de dizer ao povo, às Repúblicas Populares deste planeta e aos que intitulam a si mesmos de voz do povo: "Assim diz o Senhor…". Temos de dizer que somos o povo do Rei e que qualquer um pode pertencer ao Rei ou ser um do

seu povo. Somos intercessores e, portanto, somos o povo do poder. O poder não pertence a um “povo” mítico, mas a Deus e dele promana para o mundo inteiro.

Homens como Robespierre poderiam dizer que tudo é permitido àqueles que agem em nome do povo. Foi por causa disso que tivemos o terror da guilhotina.

Hoje, temos aqueles que, em nome do povo, insistem que a igreja e seus ministérios têm de ser controlados. Hoje, temos países onde, em nome do povo, o cristianismo tem sido suprimido e o martírio é a ordem do dia. Pouquíssimas pessoas entendem, pois não ouvimos mais acerca disso, que a perseguição dos cristãos na União Soviética tem crescido nos anos recentes; tem crescido porque o número de cristãos tem crescido muito. Os soviéticos estão descobrindo que, quando localizam uma igreja, atacam-na e prendem seus membros, se dois ou três deles escapam, cada um segue o próprio rumo e começa uma nova congregação. Eles destroem uma somente para terem três novas igrejas nascendo.

Estão descobrindo que, se há vinte anos essas pessoas simplesmente curvavam a cabeça e recebiam a sentença ao serem presas, elas agora, em nome do Deus onipotente, levantam a voz e se defendem diante dos seus perseguidores e dos tribunais. Elas declaram que estão falando em nome do Senhor que é Senhor de todos, o qual julgará os juízes que as julgaram. Não admira que as autoridades estejam aumentando a perseguição, pois reconhecem o poder que está crescendo no meio delas.

Os cristãos ofendiam Roma por orarem a Deus, não a César, e por orarem por César. O humanismo fica ofendido quando não invocamos o nome do povo nem nos rendemos ao nome e poder do Estado. Tenho estado em tribunais onde os cristãos sendo julgados são repreendidos pelo corte por citarem a Escritura. Na verdade, quando o Sr. Ball e eu estivemos no Michigan (E.U.A.), o juiz que, para o espanto de todos, decidiu finalmente em nosso favor, apesar disso exasperou-se com os pastores e os professores da escola cristã porque eles citavam as escrituras. Disse ele: “Não quero ouvir mais nenhuma Bíblia, por favor!”.

A atitude dele é compreensível, porque invocar a Escritura é invocar uma lei superior. É declarar que há um Tribunal Superior. É um apelo implícito à intercessão de Deus, cuja lei também está sendo julgada em tais casos.

Enfrentamos um problema hoje, porque temos novamente a doutrina pagã da intercessão se espalhando ao nosso redor. “Você está com algum problema?”, pergunta-se às pessoas, “ora, procure a previdência social, ou vá a

um posto de saúde, ou à sede governamental do município. Alguém lá vai cuidar do seu caso.” Os jovens das nossas escolas estaduais são levados a acreditar que podem apelar a qualquer uma dessas autoridades quando eles enfrentam problemas com os pais. Essas autoridades perguntam-lhes: “Seus pais exigem que vocês vão à Escola Dominical? Isso não é justo. Exigem que participem do culto doméstico? Isso não está certo. Se vocês procurarem o conselho tutelar, poderemos ajudar-lhes. Busque a intercessão do Estado”.

Essa é uma questão religiosa. A intercessão é uma doutrina religiosa. Na intercessão sempre nos dirigimos ao poder maior e como intercessores temos de reconhecer que o poder maior não é César, que está debaixo da lei de Jesus Cristo, mas o Deus Trino. Como seus intercessores, temos a responsabilidade de exercitar o seu governo. Ele requer que criemos os nossos filhos na disciplina e na admoestação do Senhor. Eles não poderão ser criados nos termos desse mandamento se forem entregues às escolas humanistas, nas quais a substância do ensino é, na sua essência, anticristã. O nosso trabalho como intercessores determina, portanto, que em todas as áreas da vida e do pensamento assumamos o ministério da compaixão, cuidando uns dos outros, como membros uns dos outros, ministrando às necessidades humanas em todas as áreas.

Paulo começa declarando que os cristãos deviam interceder, mediante a oração, pelos governantes. A igreja primitiva via isso como um ministério por meio do qual, como intercessores diante do Rei, comunicavam a graça e a misericórdia de Deus a todos os povos. Assim, os cristãos tinham missão para todos, crentes e incrédulos — ministério da graça com o evangelho, ministério de compaixão pelo qual ministravam às necessidades humanas da comunidade, ministério de missões aos que estavam perto e aos que estavam longe. Isso porque eram intercessores. Eles levaram ao homem e a toda área da vida e do pensamento a influência da Palavra de Deus e da vida que Deus ordenou. Gradativamente, os cristãos substituíram o pão e o circo por um ministério voltado para o homem na sua totalidade. Foi assim que na Europa nasceram hospitais, universidades, escolas de todo tipo, missões aos leprosos, missões aos povos das fronteiras e além. Isso era visto como um dos aspectos do ministério de interseção; pela interseção a Deus por todos os homens e pela obediência ao mandamento de Deus para todos.

Hoje, no mundo inteiro, temos um Estado moderno que está brincando de Deus e que faz isso porque, pela nossa omissão, permitimos que ele assumisse uma área após a outra, na medida que fomos abandonando nossos ministérios nessas áreas. Precisamos começar a reassumir esse ministério. Devemos iniciar orando *por* todas as autoridades, não *às* autoridades, e depois exercitando a

autoridade, que é nossa em Jesus Cristo, sobre todas as áreas da vida e do pensamento.

Capítulo quatro: a lei e a justiça

Como se responde a alguém que questiona vários temas espirituais como a teonomia e a ressurreição? A resposta é: não se responde. Deixe-me ilustrar.

Quase quarenta anos atrás, eu era missionário numa reserva indígena ao nordeste de Nevada (E.U.A.), numa área isolada centenas de quilômetros distante das linhas de ônibus, da cidade e da ferrovia. Eu ministrava à reserva indígena, cidade-congregação com aproximadamente oitocentas pessoas, quase treze quilômetros ao norte, e a um pequeno campo de mineração fora dos limites da reserva.

Certo homem naquela mineração queria muito me ver. Ele sentia muita falta de companhia. Fiquei surpreso quando descobri que era bastante instruído e conhecia tanto o grego clássico como o do NT. Assim, recebeu-me bem e queria que passasse por lá sempre que possível; o que eu fazia uma vez por mês, mais ou menos. Na primeira vez que estive com ele, rejeitou a minha abordagem em termos de fé. Disse-me ele: “Eu não creio. Acho a Bíblia um monte de disparates, como a narrativa de Jonas e a baleia”.

Eu respondi, “John, deixe-me dizer-lhe algo. Há um livro, agora bastante raro, que descreve as experiências dos baleeiros norte-americanos no último século. Vários deles foram arremessados pela água para fora do barco, ou caíram dele, e terminaram engolidos por uma baleia ou por um grande peixe de alguma espécie. Um ou dois dias depois, quando a criatura era arpoada e puxada para o barco, essas pessoas ainda estavam vivas e eram resgatadas. É uma questão de registro histórico do século passado”.

“Sobre isso”, continuei, “há o fato interessante de um medalhão do Mediterrâneo datado aproximadamente da mesma época, ou pouco depois, do dia descrito por Jonas. O medalhão comemora um estranho evento muito diferente de todos os que temos. Ele mostra um peixe gigantesco chegando à praia e regurgitando um homem. Isso parece indicar que talvez haja alguma relação com a história, não acha?”

“Bem, sim, acho”, respondeu ele. “Mas há isso sobre a Bíblia…” e avançou para outra questão. Achei-me respondendo objeção após objeção e citando dados históricos. Depois de cerca de um ano ou mais ele levantou de novo a questão de Jonas e da baleia. Naquela época eu já estava um pouco mais esperto e disse-lhe, “John, estou começando a entender uma coisa. O seu problema não é Jonas e a baleia nem qualquer outra coisa da Bíblia. O seu problema é que você é pecador e vai sempre levantar todo tipo de barreira

intelectual para esconder tal fato. Vamos tratar do verdadeiro problema que você tem com a Bíblia: o fato de ela dizer que você é pecador e de você não admitir isso". Por causa disso, ele deixou claro que não queria mais que eu voltasse lá!

Não perca o seu tempo com discussões. O problema do homem não é intelectual, é religioso. É esse o problema do homem em todas as áreas da vida e da mente. É por isso que ao abordarmos a questão da lei estamos tratando novamente de um fato religioso. Toda lei é inescapavelmente moral. Sintetizando brevemente essa premissa: toda lei condena algumas coisas que considera como ruins e protege outras, como boas. Além disso, a moralidade é um aspecto da religião. Não se pode fugir do fato de que, ao se criar um sistema jurídico, se tem a fundação de uma religião. Todo sistema jurídico do mundo é a instituição de uma religião. Que pode ser cristianismo, humanismo, budismo, islamismo ou xintoísmo, mas todo sistema jurídico representa uma estrutura moral e teológica.

A ideia de que não podemos legislar a moralidade é um desvario. Isso é tudo o que podemos legislar. Tudo o que de fato legislamos representa um juízo moral, seja bom ou mau, cristão ou não cristão. É por isso que sempre se faz oposição a toda nova religião que entra no país. Logo que ela começar a ser bem-sucedida, será perseguida, pois é uma ameaça aos fundamentos do Estado. Roma sabia o que estava fazendo. Roma reconheceu que o cristianismo tinha um sistema moral diferente; tinha um soberano diferente, Jesus Cristo, não, César. Roma reconheceu que a lei do cristianismo tinha como premissa, não a palavra de César nem do Senado romano, mas a Palavra de Deus. Por causa disso, o império entendeu que era urgentemente necessário se opor ao cristianismo.

Quando Roma aceitou finalmente o cristianismo, foi por questões pragmáticas. Os imperadores fizeram tudo para solapar a fé. Todo Estado precisa fazer as pazes com a religião. Um estado não religioso não consegue existir. Para isso não é necessário a instituição de alguma igreja específica. Significa que as leis e o caráter do Estado refletem inescapavelmente uma fé religiosa. É por isso que um dos grandes magistrados da Suprema Corte Americana, o Ministro Story, deixou claro — apesar de, à época, ser liberal e um dos líderes da Associação Unitária da América — que a fé bíblica rigorosa era, em essência, a lei comum dos Estados Unidos. Ela oferecia o fundamento do nosso sistema legal.

Mas, evidentemente, o problema agora é que os Estados Unidos, assim como já ocorreu em outros países, estão na fase de mudança do alicerce cristão para o humanista. Muito frequentemente, não somente nossas escolas — instituições religiosas da religião humanista —, mas também nossos tribunais refletem essa nova religião.

A propósito, há alguns livros para treinar professores de escolas públicas que confessam abertamente que os mestres devem ensinar valores humanistas. Quando testemunhei em defesa das igrejas do Michigan (E.U.A.), levei comigo para a tribuna um livro publicado por um dos educadores desse Estado intitulado *A Humanist Source-book in Education* [Livro de Referência em Educação Humanista] cujo objetivo era treinar os professores para inculcarem valores humanistas em seus alunos — magistério totalmente religioso. Eu aleguei que as escolas estaduais tendem claramente à fé religiosa e que essa fé conflita e está em guerra com a fé cristã.

A lei é inescapavelmente religiosa. Além disso, não resta dúvida que a lei reflete conceitos de justiça ou verdade. A justiça é inseparável da lei verdadeira. Se a lei não incorpora a justiça, o Estado e a sociedade são instáveis e sofrerão inevitavelmente um colapso. Se a lei não incorpora a lei de Deus, a justiça de Deus, a verdade de Deus, incorporará de qualquer modo a do homem. Mas o que ocorre quando o homem diz “Vamos! Façamos leis segundo o nosso raciocínio, segundo nossos próprios recursos”? O problema é que o homem é uma criatura caída. Como poderia o homem caído proporcionar justiça? Ele é pecador! Tudo o que ele decretar refletirá a sua natureza, seus interesses particulares. Como resultado, a lei refletirá o interesse de uma classe, um interesse particular, e isso não será justiça.

Aqueles que dizem que, como cristãos, deveríamos nos contentar em ficarmos em nossas igrejas e permitirmos que o Estado nos dê leis humanistas estão dizendo efetivamente que podemos ter uma ordem social justa baseada nas premissas do homem caído; estão dizendo que a Torre de Babel teria sido bem-sucedida e que algum dia o será.

Entretanto, se o Senhor não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam. O que temos hoje pelo mundo inteiro é a tentativa do homem moderno de erigir a Torre de Babel no Estado, e de erguê-la sobre um fundamento internacional nas Nações Unidas. Mas se o homem caído é capaz de legislar e de produzir justiça ou verdade numa área no Estado, por que, então, não poderia ele produzir a justiça em todas as outras áreas e salvar a si mesmo? Essa é a consequência de se rejeitar a lei de Deus em favor da lei do homem. Se a justiça do homem pode manifestar-se a despeito do fato de ser ele uma criatura caída, e se o homem é capaz de proclamar a justiça verdadeira numa área, por que não em todas elas?

A realidade crua é que, na longa história do homem, a lei humana tem sido sempre opressiva, maligna e tirânica. Quando o homem procura legislar à parte de Deus, legisla o pecado. Nos Estados Unidos, não havia legislaturas

originalmente. Havia Assembleias Gerais, Câmaras de Moradores e outras agremiações semelhantes que se reuniam a fim de ajudarem a levar a cabo a execução de uma ordem cristã, uma estrutura cristã e a justiça na sociedade. Pouco a pouco essas instituições foram convertidas em legislaturas nas quais os homens perceberam que poderiam fazer justiça por si mesmos à parte de Deus.

O homem humanista evoca entidades humanas capazes de decretarem justiça. Era essa a doutrina do direito divino dos reis. Temos hoje a doutrina de que o povo, de alguma maneira, incorpora a justiça. Parece que tudo o que temos de fazer é deixar o povo se expressar para que haja justiça. O poeta Carl Sandburg escreveu o livro *The People, Yes* [O Povo, Sim] dando a entender que a mera voz do povo produziria a justiça.

Deixem-me citar o Dr. Howell a respeito da questão do povo: "Tanto os procedimentos liberais como os jacobinos baseiam-se na premissa de que entre as formas do ser no mundo existencial existe uma entidade pessoal denominada de 'o povo'. Os marxistas ortodoxos concebem-na como singular: uma classe social mundial que existirá, finalmente, quando os seus inimigos forem eliminados, e abrangerá toda a população humana. Os nacionalistas concebem-na como plural, representada por muitos povos e nações. Mas a realidade existencial não consegue se ajustar muito aos dois casos, permanecendo excessivamente imperfeita em termos de ideia perfeita".

Quando se equaciona justiça ou verdade com povo, cria-se uma ordem social grandemente maligna. O povo — assim como os criminosos, os capitalistas, os estrangeiros, a classe média, a classe baixa, a alta classe, ou qualquer outra classe — não quer justiça nem verdade. O que todos eles querem é a própria vontade! É por isso que o Estado moderno está em apuros. Ele incorpora a vontade do homem, uma vontade corrompida. A lei verdadeira tem de representar a verdade de Deus e proteger o homem do homem, o homem do Estado, o homem dele mesmo. No fim das contas, o nosso Senhor disse: "do coração procedem maus desígnios, homicídios, adultérios, prostituição, furtos, falsos testemunhos, blasfêmias" (Mt 15.19). Como poderia um coração assim criar de fato a justiça ou verdade dizendo "Vamos! Façamos leis para nós!"?

Somente a lei de Deus transcende os homens. Somente a lei de Deus é capaz de proporcionar ao homem a justiça, a retidão verdadeira. Deixem-me citar mais uma vez o Dr. Howell: "Toda comunidade pode ser definida pela sua ideia básica. A distinção entre as comunidades está na ideia básica delas". Isso é bem verdadeiro, exceto que o Dr. Howell, não sendo cristão, não enuncia a sua proposição adequadamente. Em vez de "ideia básica" ele deveria ter escrito "fé básica". Essa é a marca identificadora de qualquer comunidade, de qualquer

ordem social. A fé da comunidade é aquilo que rege o seu conceito de lei, de comunidade e de tudo o mais.

Vamos considerar isso por um momento. Se você crê que o Credo Apostólico é uma síntese da nossa fé cristã, sempre que o disser estará afirmando que crê na comunhão dos santos. Quanto a isso, é muito interessante retrocedermos à igreja antes da conquista normanda. Naquele tempo, quando os membros da igreja inglesa repetiam o Credo Apostólico, diziam essa frase particular da seguinte maneira: “Creio em: dos santos, a sociedade”. O que se reconhecia claramente, e o arcebispo Elfric e outros punham em destaque, era o fato de que a ordem social é incontestavelmente uma sociedade. Caso contrário, ela se desintegra e faz guerra a si mesma, assaltada pelo conflito interno. Em vez de os indivíduos serem membros uns dos outros, eles se escondem em casa, não se interessam em conhecer os vizinhos, têm medo do povo da rua e sobressaltam-se quando estão numa vizinhança desconhecida. A sociedade não existe.

A sociedade é um fato religioso. É a culminância da nossa afirmação. Quando dizemos “Creio em Deus Pai, Todo-poderoso… Creio em Jesus Cristo…”, e assim por diante, concluímos dizendo: “Creio em: dos santos, a sociedade”, ou mais modernamente, “Creio na comunhão dos santos”.

O Estado humanista não é capaz de proporcionar comunidade. O fato trágico ao nosso redor é hoje as pessoas buscarem comunhão em atividades doentias e frenéticas, como o *rock and roll*. Elas têm a sensação de comunidade quando se entregam a impulsos primitivos e malignos ou quando, pelo envolvimento sexual, desfrutam de um sentimento fugaz de comunhão. As pessoas buscam comunhão e comunidade em todo tipo de práticas alheias à justiça de Deus, mas comunhão e comunidade lhes escapam por serem uma impossibilidade. Não há vida, nem comunhão, nem comunidade, fora de Deus. “Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida”, disse Jesus (Jo 14.6).

A Bíblia nos diz que pecado é qualquer falta de conformidade com a lei de Deus, ou qualquer transgressão dessa lei. O oposto do pecado é a obediência. Pecado é desobediência. O apóstolo João afirma: “o pecado é a transgressão da lei” (1Jo 3.4). O que é fidelidade? É obediência à lei de Deus. Se pusermos a justiça à parte da lei de Deus, teremos, então, uma definição humanista de retidão e tentamos construir novamente a Torre de Babel. É por isso que Deus está trazendo confusão ao mundo de nossos dias. Há confusão de um polo ao outro. O resultado final da confusão será a morte. Não há nenhuma espécie de vida, justiça e retidão à parte de Deus e da sua palavra-lei.

É digno de nota que o mundo antigo tenha reconhecido que nenhum

Estado poderia existir sem uma doutrina de expiação. Um dos fatos extraordinários de que sempre esquecemos quando abordarmos a história é que a história é essencialmente religiosa, seja ela cristã ou não. Por isso temos nos compêndios uma história desidratada.

Júlio César é exemplo disso. Como foi que ele triunfou? Aqui e ali ao longo de trezentos anos houve guerra em Roma. Era uma guerra entre a antiga aristocracia e a plebe, ambas, para tomarem o controle, agiam com igual selvageria e eram também grandemente corruptas. Então veio Júlio César trabalhando contra a própria classe para conquistar o poder. Ele percebeu que tinha a solução, expressa numa única palavra: *clementia*. Cujo significado é perdão; perdão de pecados. À medida que ganhava as batalhas e conquistava parte de Roma, o povo vinha até ele com toda sorte de provas documentais sobre a corrupção da classe dominante. Em cada caso, quando lhe apresentavam as informações, César ordenava que se acendesse uma fogueira e dizia: "Tudo está perdoado. O passado deve ser esquecido. Haverá perdão de pecados e criaremos uma nova sociedade".

Júlio César conquistou Roma nos termos do perdão de pecados; entretanto, apesar de ele poder dizer "perdoo os seus pecados", não podia mudar o coração de ninguém. Os indivíduos perdoados continuavam tão irregenerados quanto o próprio César. Posteriormente, esses mesmos homens, cujas ofensas ele perdoou e cuja corrupção subiu na fumaça da fogueira, assassinaram-no. Eles não haviam mudado. Mas isso era um programa religioso. O mundo antigo inteiro reconhecia — e nisso ele estava à nossa frente — que só é possível se construir uma ordem social sobre um fundamento religioso. Esse fundamento religioso, diziam eles, era a expiação. Por isso cumpriam-se todo ano em Roma os ritos anuais da lustração, da expiação e da purificação.

Quem não aparecesse para os ritos anuais de expiação, se não fosse um soldado combatendo longe de Roma, perdia a cidadania. Os mercadores deveriam cuidar para que suas viagens terminassem a tempo de voltarem para casa, caso contrário perderiam a cidadania. Roma, assim como outras culturas da antiguidade, alegava que a expiação era indispensável; que homens culpados eram perigosos; que eles tinham de ser transformados de alguma maneira, senão a ordem social seria destruída. Evidentemente, uma vez que as expiações oferecidas por tais culturas eram inúteis e nulas, já que não eram bíblicas, as suas ordens sociais foram destruídas. Elas não podiam remediar o pecado nem o fato de que as suas leis representavam o pecado do homem fingindo-se de justo. Cada uma delas caiu na sua hora.

A triste realidade é que, nos séculos passados, erramos muitas vezes

quando dissemos: “Sim, os pagãos estavam certos. Um fundamento é indispensável. E tem de ser a expiação oferecida por Cristo”. Mas, assim como Roma, tentamos forçá-lo de cima para baixo, o que não funciona.

Ninguém pode ser salvo por decreto do Estado. Se assim fosse, teríamos um mundo perfeito. As tentativas de salvar a sociedade obrigando-a, de cima para baixo, a ser cristã foi um desastre, tanto da parte de católicos como de protestantes, e ambos já tentaram isso. Ambos, creio eu, aprenderam a lição.

O nosso trabalho é de baixo para cima. É trazer o poder de Deus e a expiação divina sobre a vida de todo homem, fazendo da expiação a base da sociedade. É fazer da lei parte da nossa vida, de sorte que mostremos claramente a justiça de Deus em todo o nosso ser e em toda área e esfera da vida em que estivermos envolvidos. Roma procurou, com toda a sua força, produzir justiça à sua maneira de cima para baixo, mas desintegrou-se.

O espírito de Roma era evidente. Paulo refere-se a ele no aforismo: “comamos e bebamos, que amanhã morreremos” (1Co 15.32). A vida não tem outro sentido ou propósito senão o de se conseguir tudo o que for possível enquanto se pode. Essa mesma filosofia romana prevalece hoje. É interessante que, com essa filosofia, os romanos perderam também a fé até no comer e beber e não conseguiam se alegrar. Esse mesmo aforismo foi encontrado no Egito antigo dos dias de Moisés. Os egípcios também chegaram à conclusão de que comer e beber não davam prazer, que nada dava prazer, que a vida em si mesma era um fardo.

A inscrição mais comum nas lápides dos pagãos romanos era esta: “Eu não era, não sou, não me importo”. Ela passou a ser tão comum que, por questões econômicas, nem mesmo era escrita por extenso nas lápides. Punha-se nelas apenas as iniciais dessas palavras. Essa inscrição era a expressão da fé romana. Roma morreu muito antes de cair.

Assim também o mundo ao nosso redor está morrendo. Está morrendo porque não conhece a justiça de Deus para salvação, porque não conhece a expiação de Jesus Cristo. Está morrendo porque se recusa a aplicar a justiça de Deus na vida diária — individual, familiar, social, vocacional e governo civil. Mas essa justiça é urgentemente necessária. É por isso que somos chamados para ser a luz do mundo e o sal da terra. O sal é um conservante. Era usado para preservar a comida por vários dias, quando não era possível obtê-la em outro lugar.

A reserva indígena em que eu ministrava era muito distante da cidade. Num inverno em que eu estava lá, nevou no domingo antes do Natal. O exército

só chegou em meados de maio com equipamento especial para desobstruir a estrada que levava à aldeia. A rodovia estava debaixo de quase dois metros de neve. Naturalmente, num inverno desses não é possível cruzar o gelo até o posto comercial para se obter alimentos. Os estoques quase sempre se esgotam e dependemos do que se tem em casa. Durante o verão eu podia pegar todas as trutas que conseguisse, pois dentro da reserva não havia limites, e colocá-las na salmoura para poderem ser consumidas posteriormente, quando não se tivesse mais nada à mão. A salmoura era o agente conservante.

O Senhor diz que, sem nós, este mundo caído se desintegrará na anarquia total, no caos total. Somos o agente conservante. Somos o sal da terra. Mesmo preservando-o da anarquia e decadência totais, as quais o esmagaria conforme as suas próprias premissas, nós, como luz do mundo, oferecemos a luz pela qual o mundo deverá ser redimido e transformado no Reino de Deus. Essa é a nossa vocação.

Não podemos esconder a nossa luz debaixo de uma vasilha, nem procurar somente nos preservar nas nossas casas. Caso contrário, diz nosso Senhor, serviremos somente para ser pisados pelos homens. Novamente uma prática referente à aplicação do sal. Quando chegava a primavera não precisávamos mais da salmoura para conservar os alimentos. Mas não a jogávamos fora na área do jardim porque ela mataria qualquer coisa que crescesse lá, mas a colocávamos no caminho, onde nada *deveria* crescer, onde era pisada pelos homens.

O nosso Senhor nos diz que reserva para nós um juízo particular — e o juízo começa pela casa de Deus — se deixarmos de cumprir a nossa responsabilidade. A quem muito se dá, muito será cobrado. O juízo que tem sobrevindo aos cristãos durante os séculos é particularmente severo, porque eles têm sido ricamente abençoados com bênçãos grandiosas. Sabemos quais são as maldições que Deus pronunciou contra a infidelidade do povo da aliança, e sabemos também quais são as suas bênçãos. Ambas foram proferidas com muita clareza em Deuteronômio 28.

Em todo país que demanda juramentos de ofício, semelhantes aos que nos Estados Unidos são exigidos pela Constituição, o ato de jurar alude a ser fiel ao Deus onipotente e à sua aliança, e invoca suas maldições e bênçãos para a desobediência e a obediência, respectivamente. Temos uma responsabilidade terrível, porque todas as promessas de Deus para nós em Cristo Jesus, se somos fiéis à nossa vocação da aliança, são “sim” e “amém”. Em Cristo, somos herdeiros de todas as coisas, no céu e na Terra. Somos herdeiros da criação. Temos um chamado glorioso.

Capítulo cinco: o futuro da justiça

Um dos grandes mitos que domina hoje o mundo moderno é o conceito de neutralidade. O homem não é, nem jamais pode ser, neutro. A mente humana não consegue ser neutra, mas fala sempre a partir de uma perspectiva particular.

O homem, igualmente, não é uma criatura autônoma. Ele é criatura do Deus onipotente, totalmente dependente de Deus e, em todas coisas, sujeito a ele. Temos hoje uma falsa imagem da realidade. Acredita-se que o homem tem uma mente autônoma, que ele consegue ser neutro e que existe uma esfera de valores, de alguma maneira, neutros e igualmente acessíveis a todos os homens.

Esses conceitos vêm da filosofia grega. Os filósofos gregos não consideravam o bem, a verdade e o belo como procedentes de Deus. Antes, todos os valores e todos os universais existiam acima e além de Deus e do homem, e governavam Deus e o homem da mesma maneira. Essas ideias, formas ou universais platônicos, que representavam a razão em toda a sua pureza, poderiam ser apreendidas pelo homem racional; logo, o homem racional incorporava esses universais no seu próprio ser e na vida do Estado.

Quando o pensamento da igreja primitiva começou a se desenvolver, estava contaminado em grande parte pelo pensamento helenista. Disso resultou que, apesar de a doutrina bíblica da criação militar contra esse universo de valores neutros (à parte de Deus, associados com a razão e, portanto, sujeitos à incorporação pelo homem) e apesar de a igreja primitiva rejeitar a neutralidade até certo ponto, por não conseguir estimar a plenitude do significado da doutrina da criação, a igreja primitiva jamais conseguiu se livrar desse grande vírus.

Quanto a isso, o surgimento do darwinismo foi providencial para a igreja cristã. Ele causou o ataque à doutrina da criação e a consequente defesa dessa doutrina, fato especialmente notável desde a Segunda Guerra Mundial. Em razão do reavivamento do criacionismo, temos visto a crescente conscientização das implicações do fato de que Deus é quem fez todas as coisas no céu e na Terra e que não podem existir nem valores nem universais à parte de Deus, feitos para flutuarem em algum lugar do espaço cósmico.

Como resultado, temos visto um reavivamento do pensamento cristão num nível sem precedentes. Na esfera filosófica, o reavivamento mostra-se na obra de homens como Dooyeweerd e Cornelius Van Til; na esfera da prática mostra-se no movimento de escolas cristãs, acima de tudo, porque, já que todas as coisas são feitas por Deus e tudo deve estar debaixo da autoridade dele, segue-se logicamente que a educação deve estar submetida a Cristo.

Pode ser que alguns questionem acerca desse ponto da lei bíblica e do seu relacionamento com a lei natural. Qual é o relacionamento da lei natural com esses valores independentes? No contexto grego, a lei natural, conforme os gregos a entendiam, era a lei das nações, considerando-se que as nações eram racionais, e que o valor dessa lei estava acima de, e transcendia, Deus e o homem.

Durante a Idade Média, a doutrina da lei natural tinhas dois lados. Um deles, mais bem expresso por Nicolau de Cusa no século 15, diz: “Todo decreto fundamenta-se na lei natural. E se algum decreto se opuser a ela, não pode ser válido. Logo, uma vez que a lei natural está naturalmente na razão, toda lei, na sua raiz, é conhecida do homem”.

Num certo sentido, o que Nicolau de Cusa disse estava certo. A Escritura nos afirma que os céus declaram a glória de Deus e o firmamento anuncia as obras da sua mão. Para onde quer que olhemos, vemos as obras da mão de Deus, a sua lei, manifestada em todas as coisas. Mas sempre que olharmos devemos nos lembrar de que as contemplamos através de olhos afetados pela Queda. Se como pessoas redimidas continuamos até certo ponto influenciados pela Queda, já que não estamos perfeitamente santificados nesta vida, quanto mais influenciados por ela estão os perdidos? São Paulo diz em Romanos 1.18 que o homem natural detém (ou, melhor em grego, “resiste, suprime, senta-se em cima, encobre”) a verdade de Deus. Todos os homens conhecem a Deus de fato — as coisas visíveis e invisíveis de Deus; conhecem a lei de Deus, escrita em cada átomo do ser deles; mas rejeitam ou suprimem isso em perversidade e injustiça.

A outra perspectiva medieval sobre a lei natural encontra-se mais ou menos um século antes de Nicolau de Cusa, dita por Graciano: “A humanidade é governada de duas maneiras, a saber, pela lei natural e pelos costumes. A lei da natureza é aquele que está contida na lei e nos evangelhos”. Por que a Palavra de Deus é a lei da natureza? Porque o Deus de toda criação a deu e a sua Palavra é a palavra-lei para todos os âmbitos. Portanto, segundo Graciano e outros dessa escola, achamos no cânon, na lei da Escritura, a lei natural. Essa lei está acima do homem, acima da natureza e acima das nações. Nada permanece, a não ser nos termos dessa lei.

A parábola dos dois fundamentos dá-nos um entendimento profundo e revelador desse fato, pois o nosso Senhor disse: “Todo aquele, pois, que ouve estas minhas palavras e as pratica será comparado a um homem prudente que edificou a sua casa sobre a rocha” (Mt 7.24). Observe que no texto grego, mas nem sempre nas traduções, é “a” rocha. Por toda a escritura, a rocha é um símbolo do Senhor. A única vez em que ela não é símbolo do Senhor, sendo

usada em sentido figurado, é quando Moisés fala das falsas religiões: “Porque a rocha deles não é como a nossa Rocha” (Dt 32.31).

A parábola registra: “e caiu a chuva, transbordaram os rios, sopraram os ventos e deram com ímpeto contra aquela casa, que não caiu, porque fora edificada sobre a rocha. E todo aquele que ouve estas minhas palavras e não as pratica será comparado a um homem insensato que edificou a sua casa sobre a areia; e caiu a chuva, transbordaram os rios, sopraram os ventos e deram com ímpeto contra aquela casa, e ela desabou, sendo grande a sua ruína” (Mt 7.25-27). Assim como a rocha é Cristo, a areia é o homem. Quando edificamos a casa da nossa ordem social, da nossa vida pessoal, sobre o homem, sobre nós mesmos, somos como aqueles que edificam sobre a areia. Temos de edificar sobre a rocha.

Eu disse que há certos mitos predominantes que governam a nossa era, um dos quais é o conceito da neutralidade, a crença numa esfera independente de valores, ou universais, à parte de Deus. Há outro mito que tem dominado nossos dias mais do que qualquer outro. É bem mais um produto do mundo moderno e particularmente do filósofo Hegel: a crença no conflito de interesses.

Se cremos em Deus, no Deus da Escritura, temos de acreditar que há uma máxima harmonia de interesses, que Deus fez todas as coisas nos termos do seu propósito soberano e que nada pode alterar o triunfo e o propósito divinos. Todas as coisas em toda criação cooperam juntamente para o bem. O momento mais terrível de toda a história da humanidade foi quando o Sinédrio se reuniu secretamente à noite para maquinar a crucificação do nosso Senhor. Naquele momento, o momento mais maligno na história, João declara: “para se cumprir a Escritura”.

Que frase magnífica! Ela nos diz que o pior do homem só faz levar adiante os planos do Deus onipotente. O pior que o homem faça, ainda assim proclama a glória de Deus. Essa é a doutrina da harmonia de interesses. Mas o que temos agora é a doutrina do conflito universal de interesses: todas as coisas cooperam para o mal; a vida é uma atividade do tipo “cobra engolindo cobra” e a única maneira de resolver as questões é reconhecer a inevitabilidade do conflito e adotarmos como nossa a metodologia de conflito.

Um dos quatro membros na nossa equipe, Otto J. Scott, escreveu um livro que foi publicado pela *New York Times Press*. Ele começou vendendo fenomenalmente bem até que a *New York Times Press* descobriu o que havia nele, ordenando imediatamente que mais nenhum exemplar fosse vendido e que a edição inteira fosse descartada. Conseguimos salvá-la. O título do livro era *The Secret Six* [Os Seis Confidentes] e tratava da vida de John Brown, um

abolicionista norte-americano. Contrariando o que dizem alguns livros, Brown não foi um profeta cristão, mas um humanista. Era também um matador profissional contratado por seis riquíssimos unitarianos para forçar uma confrontação que resultaria em guerra. Sendo hegelianos, eles acreditavam que o conflito levaria à tomada de decisão, que levaria depois a mais conflitos — guerra perpétua em prol da paz perpétua.

John Brown implantou para nós a política de confrontação. Desde então, em todo mundo ocidental, temos tido a política de confrontação — demonstrações, tumultos, marchas, males — forçando as questões, supostamente para resolvê-las, mas, na verdade, levando somente ao crescente agravamento dos problemas.

O conflito de interesses é uma doutrina demasiadamente perversa. Nós cremos na harmonia de interesses. Quando combatemos o Estado em certas questões — e não temos medo do combate — cremos que estamos trabalhando tanto para o bem do Estado como para o da igreja. Cremos nisso com a maior sinceridade. Nessa batalha, o Sr. Ball dedica-se à liberdade cristã e também ao bem-estar do Estado norte-americano, do mesmo modo que também todos nós. Acreditamos que estamos lutando tanto pela igreja como pelo Estado, pela integridade e desenvolvimento deles e pelo desenvolvimento e direção da liberdade cristã.

Pelo fato de acreditarmos na máxima harmonia de interesses, devemos dizer algo que é óbvio demais para a maioria, mas que, para alguns, não parece tão evidente assim: não há conflito na Divindade. O Pai, o Filho e o Espírito Santo não estão em guerra entre si. Isso parece bastante óbvio, mas pelo que parece temos um grande número de pessoas que, mesmo sem falar isso, está afirmando que eles estão em guerra. Se alguém declara que o amor de Deus e a lei de Deus opõem-se mutuamente, ou que o amor e a justiça são antagônicos, está afirmando que há um conflito de interesses em Deus, mas eu não creio nisso. Nenhuma palavra da Escritura afirma isso.

Eu gosto do título de um livro escrito por um autor inglês que trata dos Puritanos e do modo com enxergavam essa questão: *The Grace of Law* [A Graça da Lei]. Os Puritanos entendiam corretamente que lei e graça não poderiam ser separadas. Alegro-me quando falo sobre como a Doutrina da Aliança nos fala dessa beleza e unidade do propósito de Deus para nós. A Teologia moderna só tem conseguido sentimentalizar as doutrinas e separá-las. Falamos de perdão como se fosse uma questão emocional. O perdão na Escritura é uma questão jurídica. No seu sentido original significa: “acusações prescritas, pois o pagamento do débito foi decretado”. Pode significar também “acusações adiadas

por enquanto”. É usada uma vez com esse sentido, quando o nosso Senhor fala da cruz “Pai, perdoa-lhes”, — i.e., adia as acusações por enquanto — “porque não sabem o que fazem”.

Além do mais, o amor não é um termo emocional, antinomiano e alheio à lei. Romanos 13 diz-nos claramente que o amor é o cumprimento da lei, e se diz isso logo depois do resumo dos mandamentos: “Não adulterarás, não matarás, não furtarás, não cobiçarás, e, se há qualquer outro mandamento, tudo nesta palavra se resume: Amarás o teu próximo como a ti mesmo”.

O que a Escritura está nos dizendo? Ela não diz que eu amo o meu próximo simplesmente porque fico um tanto sentimentaloide e digo: “amo você”. Amo o meu próximo se eu respeitar o direito dele à vida: não o mato e entendo que quero para vida dele, numa escala maior, a proteção que quero para minha própria vida. Eu respeito a santidade do lar dele: não cometo adultério. Eu respeito a propriedade dele: não roubo. Eu respeito a reputação dele: não dou falso testemunho. Nem cobiço: isto é, não procuro por meios legais ou fraudulentos tomar aquilo que é devidamente dele. É isso que a Escritura quer dizer com amarás o teu próximo.

Ao longo dos anos tive, mais de uma vez, a ocasião de conversar com cônjuges adúlteros que me dizem: “Sim, eu adulterei, mas eu a amo”, ou, “mas eu o amo”. O que eles querem é as pessoas digam: “Tudo bem, eu entendo. Sei que seu coração estava no lugar certo todo o tempo”. Mas eu digo, “Não, você não ama essa pessoa. Não venha me dizer isso. O amor é o cumprimento da lei. Quando você adultera está demonstrando o seu ódio por Deus e pelo seu cônjuge. Se há algo que Palavra de Deus tem para dizer, é isso o que ela me diz. Não será possível lidar com o seu problema se você não reconhecer que o que fez é pecado e que isso não tinha nada a ver com amor”. O amor é o cumprimento da lei. O termo “cumprimento” não quer dizer finalização ou conclusão; quer dizer pôr em vigor.

Tendo isso em mente, olhemos a lei novamente. Quando falo da lei, verdade ou justiça de Deus, não devo dizer que o Estado é *o* ministro da justiça, mas que *eu* também, como redimido em Cristo, devo ser um ministro de justiça — ministro da justiça ou da verdade. Isso também se aplica à minha família, minha igreja, minha escola e minha sociedade. Em todas as áreas devemos manifestar a justiça de Deus, a lei de Deus. Se assim não fizermos, e deixarmos a justiça para o Estado, temos o mesmo tipo de problema que se deixarmos o cristianismo para o pastor.

Tratamos anteriormente do Credo Apostólico e do fato de afirmarmos a

nossa fé na comunhão dos santos: “dos santos, a sociedade”. Que significa isso? Significa, diz Paulo, que somos membros uns dos outros. De que modo mostramos a nossa retidão uns aos outros, como membros uns dos outros? Isso implica que estamos atentos à necessidade do Corpo de Cristo e também daqueles que estão fora desse Corpo, pois devemos fazer pelos outros o mesmo que o Senhor fez por nós. Ele nos tem mostrado a sua graça e misericórdia e devemos ser vasos dessa graça e misericórdia, demonstrando-a aos outros. Isso diz respeito à variedade de atividades em que o cristão deve se envolver, como indivíduo e membro de uma comunidade.

Certa igreja nos Estados Unidos, por exemplo, criou um Fundo de Empréstimo muito bom, para conceder empréstimos sem juros a irmãos necessitados, nos termos do mandamento explícito da Escritura. Quando pessoas idosas e jovens enfrentam problemas financeiros com os quais não conseguem lidar, elas recorrem a um empréstimo do Fundo de Empréstimo. Até agora todos restituíram seus empréstimos e fizeram acréscimos ao fundo. Os administradores deixam claro que, se o problema dos devedores se tornar insolúvel, e se ao fim de seis anos eles virem que não conseguem restituir o empréstimo, o débito será cancelado. O Senhor demanda que ministremos uns aos outros, aos idosos e aos enfermos.

A doutrina da ministração cristã é algo extraordinária por todo o país, sendo hoje a área com a maior dinâmica de crescimento nos Estados Unidos. Estamos passando por um grande reavivamento nas comunidades negras. Menciono o trabalho do Dr. E. V. Hill em Watts, Los Angeles, onde ocorreu o motim. Dr. Hill tem-se dedicado em ganhar para Cristo todos os guetos dos Estados Unidos. Há setenta milhões de pessoas de todas as raças nesses guetos e toda agência revolucionária no mundo tem procurado alcançá-los. Ele diz: “Eu sei como é, pois eu estava lá como um deles”. Ele era modernista e revolucionário, sendo, anos atrás, um dos jovens associados de Martin Luther King Jr.; agora é um dos melhores pregadores que temos nos Estados Unidos anunciando o evangelho.

Dr. Hill cuida hoje de uma congregação com cerca de cinco ou seis mil pessoas, no centro de Watts, com membros em todos os 31 quarteirões espalhados em todas as direções; tem uma escola cristã para centenas de crianças; está treinando os adultos para alcançarem todas as pessoas dos seus quarteirões para Cristo.

Num dos casos que me delicia, a uma única crente de um certo quarteirão particular era uma senhora negra e cega a quem disseram: “Irmã, deixe que o Senhor seja a sua vista”. Ela ia de porta em porta, agarrada à bengala, e terminou

com 161 convertidos, dos 162 moradores do bloco. O último, um jovem mau elemento que não suportava o que estava acontecendo na comunidade, decidiu ir embora e não permitiu que o ajudassem na mudança. Ele estava cansado de toda aquela gente cheia de “améns” e “glória a Deus”. Mas o pessoal soube pelo motorista do caminhão para onde o rapaz estava se mudando, além de descobrir que havia gente deles no quarteirão para onde ele ia, e recorreram a ela. Quando o jovem chegou lá, seus vizinhos estavam prontos para ajudá-lo a descarregar a mudança. Depois que acabaram o serviço, lhe disseram, para a consternação dele, que tinham feito aquilo em nome de Jesus.

Temos um outro pastor, um pastor negro na parte central da cidade de Los Angeles. O nome dele é Price e tem uma congregação de quinze mil membros. O Rev. Price está comprando o antigo campus da *Pepperdine University* para convertê-lo num centro cujo objetivo é ganhar para Cristo todas as pessoas num raio de quilômetros. Ele e os ministros que cooperam com ele estão alcançando e treinando a tantos quantos conseguem alcançar e treinar. Neste verão estarei ensinando a um grupo de negros que fundaram uma igreja na área de Oxnard. Eles começaram a realizar feitos extraordinárias e querem ser treinados em outras coisas que possam fazer para alcançar para Cristo todo mundo naquela área. Hoje aquela igreja “negra”, com dois pastores negros, tem cerca de um terço de mexicanos, um terço de brancos e cento e um por cento de fogo pelo Senhor. É claro que eles têm sido perturbados pelos agentes da cidade, que têm feito tudo para frustrá-los, porque estão transformando o caráter da urbe. Se esses irmãos conseguirem o que querem, vão expulsar o *Welfare Department* [Departamento de Bem-estar Social], e farão isso com graça.

Exatamente antes de viajar, recebi um telefonema de Margaret Jenkins. Ela é negra, não muito jovem, e fundou a *Mary Celeste Christian School* e lá tem realizado feitos extraordinários e exercido crescente influência na sua área, antigamente dominada pelo crime. Ela está trazendo mais lei para o distrito do que a polícia jamais conseguiu trazer. Então, o que fez o governo? Ela tem uma cerca de tela de arame ao redor da propriedade. Os agentes do governo mandaram que ela a derrubasse e levantasse uma cerca de ferro forjado que custa um dólar cada trinta centímetros. Isso lhe custaria uma fortuna, porque a propriedade dela é de tamanho razoável. É esse o tipo de ameaça a que ela está sujeita, mas isso não a aborrece. Ela diz, sem perder o ânimo: “Essas pessoas da Prefeitura não sabem, mas eu sirvo a um Senhor muito maior do que elas”.

É assim que conquistamos o mundo: uma pessoa de cada vez, na medida em que cada uma vê as implicações da fé e se torna ela mesma uma lei viva; na medida em que cada um aplica a Palavra de Deus à sua vida diária e parte para

alcançar os outros. Lei, amor, graça, misericórdia e juízo, tudo são aspectos da lei de Deus. Não podemos escolher a dedo e dizer: “Vamos mostrar o amor de Deus, mas não a lei de Deus nem a justiça de Deus”. Não, tudo isso é uma manifestação do ser de Deus, da sua natureza, do seu plano para nós, na nossa vida e por meio dela.

Como resultado, estamos começando a ver algumas mudanças dramáticas nos Estados Unidos. A mídia não as relata, mas elas estão ocorrendo e nos oferecem alguma perspectiva para o futuro. Quando se olham os arranha-céus no horizonte de uma cidade, não se veem os edifícios de amanhã que os suplantarão. Nesse exato momento, eles não passam de escavações onde o alicerce está sendo assentado. É por isso que o tipo de movimento que está ocorrendo por todo o mundo não é claramente visível. A mídia está olhando para as coisas que dominam o horizonte, mas isso é a onda do passado.

Em 1900 somente três por cento da África era cristã. Quando os Estados africanos ganharam a sua dita independência, os cristãos africanos já eram vinte e cinco por cento, e isso somente vinte e cinco anos atrás! Depois da independência houve um massacre maciço de cristãos. Na região do Sudão, matou-se centenas e centenas de milhares. Na Nigéria, o povo ibo conseguiu finalmente ganhar a independência, mas as nações ocidentais conspiraram contra ele, somente para os entregar nas mãos dos outros povos da Nigéria, que o massacrou em grandes números. Em Uganda, temos a descrição de um pastor nativo de como os rios no passado, poucos anos sob a tirania de Idi Amim, ficavam entupidos com os cadáveres de cristãos. Todavia a igreja na África abrange agora cerca de quarenta e cinco por cento da população! Coisas notáveis estão acontecendo.

Tive recentemente o privilégio de conversar com um pastor francês, com quem não havia me encontrado ainda, embora tenha me correspondido com ele por algum tempo. Nossos pais, ambos pastores, tinham sido amigos no Velho Continente bem antes da Primeira Guerra Mundial. Aaron Kayanan é agora um dos líderes das Igrejas Francesas Reformadas nos Estados Unidos, em Illinois, onde ele grava transmissões diárias em francês para a França e a África. “O que está acontecendo na África”, disse-me ele, “é incrível. Nós não temos como lidar com o número de pessoas que estão sendo salvas, são cristãs, e estão começando a perguntar sobre o que podem fazer para trazerem agora as suas vidas governadas totalmente pela Palavra de Deus. Se não nos empenharmos, vamos vê-las nos superar em número e atuação na Europa e nos Estados Unidos.”

Essas pessoas não têm interesse em seguros de vida ou contra incêndio, como muitíssimas pessoas nos bancos da igreja têm. Estão lá para marchar sob

as ordens do Rei dos reis. Essa deve ser também a nossa preocupação.

O movimento de escolas cristãs nos Estados Unidos e em outros países é prova de que algumas pessoas estão começando a ouvir essas ordens para marchar. O pessoal das escolas públicas morre de medo delas. Segundo suas próprias declarações, se essas escolas continuarem a crescer na proporção atual, as escola públicas vão, para todos os fins práticos, desaparecer lá pelo final do século — somente daqui a 17 anos. Uma delas me disse: “Será que você não entende? Isso nos fará retroceder à Idade das Trevas, quando todo mundo estiver acreditando na Bíblia de capa a capa”. Não tenho a menor objeção contra isso. Tudo de que precisamos é calçar sapatos na nossa fé e caminhar nela.

Capítulo seis: a processão do poder

Tendemos, com demasiada frequência, a tratar a nossa fé segundo o método da "Teologia numa caixa". Tratamos a Teologia e a fé cristã como se fossem um aspecto limitado da realidade. Como se o Universo fosse o todo, e a Teologia se restringisse a um cantinho obscuro. Quando adotamos a perspectiva da "Teologia numa caixa", terminamos discutindo entre nós mesmos, criticando os batistas e os presbiterianos e os católicos e os carismáticos, ou todos mais com quem discordamos, em vez de anunciarmos a reivindicação de Deus sobre a região toda.

O modo como lidamos com a doutrina é o mesmo. Tratamos as doutrinas da Escritura como se tivessem a ver com aspectos eclesiásticos. Mas o caso não é esse. A doutrina da infalibilidade é uma doutrina incescapável. Escrevi um livrinho intitulado *Infallibility, an Inescapable Concept* [Infalibilidade, um Conceito Inescapável] no qual eu mostro que, se a infalibilidade da Palavra de Deus for negada, qualquer outra coisa debaixo do sol proclamar-se-á infalível, seja o Estado, os reis-filósofos ou qualquer outra agência humana. Não é possível negar as coisas de Deus, sem que os homens se apropriem delas.

Parece que consideramos a justificação como se fosse puramente uma doutrina eclesiástica, e ainda dizemos daqueles que procuram se desculpar: "Ele está tentando se justificar". A justificação é indispensável aos homens. Se eles não a obtiverem de Deus por meio de Jesus Cristo, vão tentar estabelecê-la por si mesmos, pagando altas somas de dinheiro a psiquiatras ou psicanalistas para ajudá-los a fazer isso.

A mesma verdade aplica-se à expiação. Se negarmos a expiação proporcionada por Jesus Cristo, nos voltaremos para o sadismo (pondo nossos pecados sobre outrem e castigando-o) ou para o masoquismo (castigando nós mesmos). Todos os homens que estão do lado de fora da expiação de Cristo serão sadomasoquistas; pois buscarão a expiação alternando entre o sadismo e o masoquismo.

Permito-me afirmar-lhes que a política externa dos Estados Unidos revela algo sobre o tipo de expiação que o humanismo do nosso país procura: a expiação masoquista. Punimo-nos interminavelmente. Contrariamente a União Soviética é sádica. Ela lança os seus pecados sobre os outros: sobre o capitalismo e a democracia. Não se pode fugir à força da doutrina bíblica negando-se o Senhor; apenas transfere-se essa força.

Minha preocupação aqui é tratar de uma doutrina-chave que, segundo

creio, deveria ser de grande interesse por causa de todas as suas implicações, pois enfrentamos mais uma vez o problema da transferência. Falo da doutrina da processão. A Escritura refere-se a ela em todo lugar, mas a temos exposta, o mais explicitamente possível do que em qualquer outra parte, no seguinte versículo:

> Quando, porém, vier o Consolador, que eu vos enviarei da parte do Pai, o Espírito da verdade, que dele procede, esse dará testemunho de mim (João 15.26).

O Espírito na sua processão vem como o Espírito da Verdade ao nosso coração para nos dar a verdade, para falar-nos do Pai e do Filho, para comunicar poder e conhecimento ao que crer. A processão do Espírito é a comunicação de poder. Esse é um conceito inescapável.

Em 1920, Kenneth Burke, o editor humanista liberal do *New Republic*, escreveu um livro interessante, *Permanence and Change* [Permanência e Mudança], no qual ele falou um tanto profeticamente daquilo que, segundo ele acreditava, aconteceria antes que o século fosse longe demais. Ele disse, com muita simplicidade, que o homem necessita de poder; que o homem necessita de graça. Não acreditamos mais no poder e na graça vindos do alto e, portanto, o homem os procurará vindos de baixo. Por isso, antes que o século se estenda muito, teremos uma espécie de doutrina de poder e graça diabólicos, vindos de baixo. De fato, temos visto a ascensão do ocultismo e de homens buscando a processão do poder que vem de baixo. E por que não? No pensamento do mundo moderno, o poder vem de baixo. O Universo evoluiu, diz-se, de sorte que tudo aquilo que vemos ao nosso redor é uma processão vinda do subterrâneo da criação. A capacidade do artista plástico e do músico vem do subterrâneo da inconsciência. Essa é a fonte de poder, de criatividade, de energia e de um novo tipo de graça. O mundo tem muita fé na doutrina da processão, mas procura-a no lugar errado.

Temos hoje uma teologia do processo que tem escravizado muitos segmentos da igreja, tanto protestantes como católicos. Essa teologia é a perversão da fé para a doutrina da evolução, para a crença na grande cadeia do ser que se ergue do caos primevo. O resultado é que estamos retrocedendo aos cultos ao caos que marcaram o mundo antigo. Escrevi um pequeno livro, cerca de vinte anos atrás, intitulado de *The Religion of Revolution* [A Religião de Revolução], que analisava as consequências desses cultos ao caos e a sua ascensão e retorno no mundo moderno.

Um desses cultos ao caos que nos é familiar a partir do mundo greco-romano era as Saturnais. A moralidade era muito rigorosa naqueles dias, mas uma vez por ano, por um período de dias — às vezes uma semana: em algumas

culturas, dez dezenas — toda a lei era subvertida. Um condenado era trazido do cárcere e entronizado como rei, a ponto de até possuir a rainha. As leis contra a bestialidade, o incesto e toda espécie da perversão eram subvertidas. Só uma lei ainda vigorava, a de que os padeiros tinham de trabalhar o suficiente todos os dias para produzirem comida para a população.

Isso decorria da crença greco-romana de que toda a criação surgira do caos e que, portanto, o poder, a energia e a graça estavam presentes no caos. Na liberação anual do caos, esse poder era drenado e invocado, para que uma onda de processão jorrada dos mananciais do ser corresse através da sociedade e lhe concedesse vitalidade para um outro ano.

Hoje na nossa música, na revolução sexual e numa coisa atrás da outra, vemos a ressurgência disso: uma doutrina de processão, mas não a da processão do Espírito. Em consequência do reavivamento desse tipo de pensamento, temos visto a ascensão do satanismo moderno. O Estado não deriva o seu poder de Deus, mas do mundo da natureza, como a instituição natural que concentra a vontade das pessoas. Não é mais a vontade da nobreza, ou realeza, ou aristocracia — não que concordemos com isso, não — mas a vontade mudou-se para baixo. Agora entronizam-se as minorias. Não porque careçam de justiça, mas porque prevalece a ideia de que quanto mais baixas forem, mais próximas estão do manancial do poder.

Na década de 1960 tivemos um clamor público porque o negro era o membro oprimido da sociedade. Nos círculos *vanguardistas* de hoje, o negro passou, agora é a vez do homossexual. O negro não é mais considerado socialmente tão baixo para ser tido como o manancial da vitalidade.

A doutrina da processão é, portanto, indispensável à ordem social. Essa doutrina abrange não somente a crença de que o poder provém de uma fonte, mas que também se faz acompanhar de cortejos — procissões na forma do que chamaríamos de desfiles, rituais. Assim, quando a igreja triunfou, havia a procissão de dignitários e funcionários eclesiásticos, de imagens e ícones, da hóstia ou obreia da comunhão, porque as imagens ou símbolos de poder estavam com a igreja.

À medida que o Estado começou a ascender, houve um tipo diferente de cortejo, a procissão do imperador. Quando o imperador entrava na cidade era aclamado com “Bendito o que vem em nome do Senhor”. Era uma procissão de poder. Seja como for, embora o imperador adentrasse a cidade ovacionado com um certo número de jargões cristão tomados emprestados, ele também se fazia preceder com um desfile de soldados, indicando que, por mais que ele pudesse usar linguagem eclesiástica, o seu poder ainda assentava-se na força das armas.

Portanto, aí começou um conceito diferente da processão.

A universidade também começou os seus processionais. Temos ainda hoje a procissão acadêmica. A universidade alega que representa a verdadeira processão do ser. Temos como relíquia dessa doutrina o conceito da liberdade acadêmica. Os membros da academia não respondem a nenhuma agência humana, porque de alguma maneira representam a voz do manancial do poder e está, portanto, além do alcance dos homens. Noutras palavras, ocorreu uma rebelião na cristandade. As raízes dessa revolta repousam profundamente na era medieval e começam a ser vistas na superfície com a Renascença. A Reforma e Contrarreforma contiveram-nas por um tempo, mas com o Iluminismo e, acima de tudo, com a Revolução Francesa elas vieram à tona. Desde a Revolução Russa elas vêm se estendendo pela face da Terra. A crença é que a processão de poder promana de baixo para cima.

Mas Deus afirma que a processão de poder vem do Trono de toda a eternidade para nós. Precisamos hoje reafirmar a doutrina da processão do Espírito. Precisamos manifestar poder e graça — a presença do Espírito — ao mundo. Deus age neste mundo para redimir homens e, através dos homens para reordenar as sociedades e as nações do mundo e as instituições que há nele.

Temos de lidar com essas coisas legalmente e teologicamente, o que nos capacitará a manifestar com maior clareza a processão do Espírito, a processão de graça e poder em nossos dias, reconhecendo sempre que “maior é aquele que está em vós do que aquele que está no mundo” (1Jo 4.4). Devemos ver na processão do Espírito as ordens para marcharmos para conquistarmos todas as coisas. “Recebereis poder, ao descer sobre vós o Espírito Santo, e sereis minhas testemunhas tanto em Jerusalém como em toda a Judéia e Samaria e até aos confins da terra” (At 1.8).

Hoje, no cenário humano, a processão de poder mais evidente é a do Estado. Mas é crescentemente estéril, falha, pois tudo o que ela representa é o poder nu. Não há autoridade moral nem a justiça de Deus. Quanto mais Roma afirmava a divindade do imperador, tanto mais estéreis tornavam-se as suas alegações, porque a discrepância entre as alegações e a realidade daquilo que transparecia nas ruas era grande demais. O imperador proclama a glória de Roma, mas no último século ou mais, quase nenhum imperador ficava na cidade. Não era um lugar seguro, nem mesmo para o imperador e suas tropas. Quando Roma caiu, a corte imperial estava em Ravenna, mas, ao longo dos anos, estivera em Milão e em várias outras cidades. A glória se foi de Roma, porque a sua autoridade moral se fora. Restou-lhe apenas uma processão de poder vazio.

Estamos vendo hoje algo semelhante, porque a autoridade moral do

Estado moderno também está declinando, afastando-se cada vez mais da Palavra de Deus. Essa autoridade moral só pode ser restaurada quando o Estado enxergar a processão de poder, não vinda de baixo, mas do alto. Sabemos que não há processão de poder que se equipare àquela que Cristo prometeu, à que Cristo dá e à que Cristo nos ordena a reivindicar.

Conforme a Palavra da Escritura, nós somos o povo da sua graça e do seu poder. Foi por isso que ele pôde ordenar aos seus discípulos e também a nós: “Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra. Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado. E eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século”. A processão de poder está sempre lá, até ao fim do mundo. Ide, portanto…

Epílogo

Como mencionado no prefácio, esses capítulos são a edição das transcrições das palestras proferidas pelo Dr. Rousas J. Rushdoony na *Logos Conference*, com o título de “O Lugar da Ética Judaico-cristã na Sociedade de Hoje”.

Em seu resumo, na conclusão da conferência, o presidente Howard Carter fez referência a seis necessidades principais que se evidenciaram naqueles dois dias:

1. A necessidade de um processo de edução sobre questões relevantes. Ele urgiu com os delegados para que reservassem tempo para buscarem conhecer o material disponível relativo a essas questões.
2. A necessidade de unidade das partes interessadas — não doutrinária, mas no Espírito Santo. O Sr. Carter disse que “Não podemos nos permitir falar uns contra os outros só porque não concordamos com as doutrinas do homem. Precisamos falar ao Governo e aos Departamentos de Educação com uma única voz e com autoridade. Somos mais eficazes como uma única voz do que como grupos fragmentados”.
3. A necessidade de estratégia. Não estamos num piquenique. Encolho-me de medo quando ouço as pessoas dizerem “Vamos entrar no tribunal e dizer a aqueles caras o que fazer”. Em primeiro lugar, isso não é cristão. Em segundo, eles estão muito mais armados para essa batalha do que nós. É indispensável que haja educação, litigação e legislação para ganharmos a batalha.
4. A necessidade de sermos agressivos em vez de defensivos. Como representantes do Rei dos reis a igreja não pode jamais ser escorraçada. Escreva destemidamente a senadores e parlamentares, deixe que nosso estandarte seja visto. Temos um mandato de Deus para salgar a Terra, iluminar o mundo.
5. A necessidade de ampararmos um ao outro. Se um pastor da sua cidade for levado ao tribunal, vá com ele. Encha o tribunal com o testemunho silencioso da população cristã. Fique ao lado dele e ampare-o financeiramente. Cada vitória conquistada numa corte é um precedente que pode ser construído noutra. Cada passo dado envolve todos nós.

6. A necessidade de oração. A nossa confiança está em Deus, o Fazedor do céu e da Terra está no controle. Identifique-se com movimentos comprometidos em orar pela nação, pelas escolas, pelos parlamentares e advogados cristãos. Nenhuma oração cuja origem está no céu será recusada lá.

Sobre o Autor

Rousas John Rushdoony (25 de abril de 1916 — 8 de fevereiro de 2001) foi um célebre erudito norte-americano, escritor e autor de mais de 30 livros. Graduou-se pela *University of California* (Bacharelado e Licenciatura Plena em Artes Liberais) e recebeu treinamento teológico na *Pacific School of Religion*. Como ministro ordenado, serviu como missionário entre os índios Paiute e Xoxone e também em duas igrejas no Estado da Califórnia. Foi o criador da *Chalcedon Foundation*, organização educacional dedicada à pesquisa, publicação e comunicação persuasiva do saber distintivamente cristão para o mundo inteiro. Os seus escritos no *Chalcedon Report* e seus inúmeros livros produziram uma profícua geração de crentes ativos na reconstrução do mundo para a glória de Jesus Cristo. Ele residia em Vallecito, Califórnia e estava comprometido com pesquisas e palestras e em ajudar aos outros no desenvolvimento de programas que punham em ação a fé cristã.

---

[1] Isso é particularmente evidente nas interpretações modernas do livro de Apocalipse. Recomendo a leitura do livro *Um mundo totalmente novo: o Evangelho segundo Apocalipse*, de Greg Uttinger, publicado pela Editora Monergismo, como um pequeno antídoto contra as deturpações modernas do livro de Apocalipse, encontradas em livros como *Deixados para trás*.

[2] "E perseveravam na doutrina dos apóstolos e na comunhão, no partir do pão e nas orações" (Atos 2.42).

[3] Cínico aqui é usado na acepção de alguém que é seguidor do sistema filosófico conhecido como cinismo. O Dicionário Houaiss define cinismo da seguinte forma: "Doutrina filosófica grega fundada por Antístenes de Atenas (444-365 a.C.), que prescrevia a felicidade de uma vida simples e natural através de um completo desprezo por comodidades, riquezas, apegos, convenções sociais e pudores, utilizando de forma polêmica a vida canina como modelo ideal e exemplo prático destas virtudes" [N. do R.].

[4] No Brasil, mais ou menos equivalentes ao Deputado Estadual e à Assembleia Legislativa estadual respectivamente [N. do T.].